

Diretoria envia parecer à alMT contra verba indenizatória

Parecer de Comissão aponta inconstitucionalidade do reajuste da verba indenizatória de R\$ 35 mil para R\$ 65 mil para deputado estadual.

■ *Página-4*



■ oabMT entrega minuta que regulamenta lei anticorrupção

■ *Página-3*

CAA/MT

Inscrições para 3ª Corrida da advocacia começam dia 1º de junho

■ *Página-13*

oabMT, Subseções e CaaMT requerem Comissão Especial para acompanhar “lava Jato”

A Diretoria da OABMT, suas Subseções e a CAAMT protocolaram ofício ao presidente do Conselho Federal da OAB requerendo a criação de Comissão Especial para obter cópia integral dos autos em que se apuram os supostos ilícitos apontados na Operação Lava Jato, da Polícia Federal, deflagrada em março de 2014 e que investiga um grande esquema de lavagem de dinheiro envolvendo a Petrobrás, empreiteiras e políticos. A partir de então, a Seccional propõe que a OAB acompanhe as apurações para que, mais adiante, se for o caso, e de forma embasada, possa se manifestar se houve efetivamente crime e quem o praticou.

O presidente da OAB/MT, Maurício Aude, afirmou que “não há instituição mais isenta, independente e autônoma que a OAB, que zelando pela Constituição Federal, possa acompanhar a operação e o andamento das investigações, como representante dos mais legítimos interesses sociais”. Confirma o pedido na íntegra:

Ao Excelentíssimo Senhor Doutor Presidente do Conselho Federal da OAB Dr. Marcus Vinícius Furtado Coelho

A DIRETORIA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL DO ESTADO DE MATO GROSSO, o COLÉGIO DE PRESIDENTES DA OAB/MT e a CAIXA DE ASSISTÊNCIA

DA OABMT, vêm à presença de Vossa Excelência, considerando os termos de vossa entrevista, concedida ao programa Fantástico, da Rede Globo, no dia 12 de abril de 2015, para dizer e, ao final, requerer o que segue:

Em apertada síntese, Vossa Excelência asseverou que a Ordem dos Advogados do Brasil não havia tomado conhecimento da existência da participação pessoal da Presidente da República em atos de corrupção, razão pela qual não divisava elementos que levassem à conclusão da prática de crime de responsabilidade, não havendo, portanto, base legal para o impeachment.

Os Presidentes de Sub-

seções da Seccional de Mato Grosso encaminharam, em 31 de outubro de 2014, conforme cópia inclusa, Carta Aberta ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, na qual listaram irregularidades que gostariam fossem analisadas pela OAB Nacional, as quais teriam sido fonte de lesão ao patrimônio brasileiro.

Dentre tais irregularidades e questões outras que demandavam o posicionamento da OAB, referida Carta Aberta citava:

I. o uso de dinheiro público para financiamento da Construção do Porto de Muriel em Cuba, sem a devida transparência e ao arripio da lei;

II. o Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que

atenta contra a Constituição Federal por tudo o quanto esposado naquela missiva;

III. o suposto aparelhamento das Empresas Públicas, Estatais e de Economia Mista, levando empresas como a Petrobrás a ser vilipendiada, o que veio a se confirmar pelas investigações posteriores.

Daquela Carta Aberta, o Colégio de Presidentes de Subseções da OAB/MT recebeu como resposta um ofício informando que Comissões da OAB Nacional analisavam cada caso.

Aquela Carta Aberta, portanto, já solicitava que a OAB cobrasse a apuração de tais fatos, sendo oportuno, pois, especialmente diante do que foi por Vossa Excelência reconhecido em

rede nacional, que se crie uma Comissão Especial no âmbito do Conselho Federal, composta por notáveis juristas, que tenha por escopo obter cópia integral dos autos em que se apuram os supostos ilícitos e, a partir de então, acompanhe as apurações e possa no futuro, de forma embasada, se manifestar se houve efetivamente crime e quem o praticou.

Essa é a ação efetiva que se requer da OAB Nacional, na defesa dos interesses sociais e soberanos dos brasileiros, especialmente aqueles atinentes ao combate à corrupção.

Ao ensejo, externamos protestos de consideração e apreço. Cuiabá - MT, 14 de abril de 2015.

DIRETORIA OAB/MT

Presidente

Maurício Aude

Vice-presidente

Cláudia Aquino de Oliveira

Secretário-Geral

Daniel Paulo Maia Teixeira

Secretário-Geral Adjunto

Ulisses Rabaneda dos Santos

Diretor-Tesoureiro

Cleverson de Figueiredo Pintel

CONSELHEIROS FEDERAIS

Cláudio Stábile Ribeiro
Duílio Piatto Junior
Francisco Eduardo Torres Esgaib
José Antonio Tadeu Guilhen
Márcio Frederico de Oliveira Dorileo
Oswaldo Pereira Cardoso Filho

CONSELHEIROS ESTADUAIS

Aarão Lincon Sicuto
Adalberto Lopes de Sousa
Alex Tocantins Matos
Alexandro Panosso
Alfredo José de Oliveira Gonzaga
Ana Lúcia Ricarte
Ana Lúcia Steffanello
Arnaldo Rauen Delpizzo
Breno Augusto Pinto de Miranda
Carlos Eduardo de Melo Rosa
Celito Liliano Bernardi
Dainez Nogueira Moreira
Daniela Marques Echeverria
Darley da Silva Camargo
Dauto Barbosa Castro Passare
Dinara de Arruda Oliveira
Eder Roberto Pires de Freitas
Edilson Lima Fagundes
Eduardo Augusto Bordonio Manzeppi
Evandro Cesar Alexandre dos Santos
Fabiana Curi
Fabio Arthur da Rocha Capilé
Fabio Luis de Mello Oliveira
Fabio de Sá Pereira
Glaucio Rogério dos Reis Capistrano
Heitor Correa da Rocha
Humberto Affonso Del Nery
Itallo Gustavo de Almeida Leite
Ivo Matias
Jonas Coelho da Silva
José Carlos de Oliveira Guimarães Junior
José Sebastião de Campos Sobrinho
Julierme Romero
Luciana Castreghini
Luciano de Sales
Luiz Carlos Moreira de Negreiro
Luiz Carlos Rezende
Marcelo Geraldo Coutinho Horn
Maria Aparecida Alves de Oliveira Leite
Mauro Paulo Galera Mari
Murillo Barros da Silva Freire
Oswaldo Antonio de Lima
Paulo Sérgio Cirilo

Paulo Sérgio Gonçalves Pereira
Pedro Martins Verão
Raphael de Freitas Arantes
Ricardo Gomes de Almeida
Rodrigo Geraldo Ribeiro de Araujo
Roger Fernandes
Rogério Luis Gallo
Ronimárcio Naves
Samir Badra Dib
Sandro Luis Costa Saggin
Selma Pinto de Arruda Guimarães
Silas do Nascimento Filho
Soraide Castro
Stalyn Paniago Pereira
Tadeu Mucio Galvão Marques Valim
Tânia Regina Ignoti Faiad
Valber da Silva Melo
Valdir Miquelin
Waldemar Pinheiro dos Santos
Wilson Roberto Maciel

CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS

Presidente

Leonardo Pio da Silva Campos

Vice-presidente

Flaviano Kleber Taques Figueiredo

Secretário-Geral

Helmut Flavio Preza Daltro

Secretária-Adjunta

Ana Carolina Naves Dias Barchet

Tesoureiro

Leonardo de Mesquita Vergani

Diretores

Alberto da Cunha Macedo
Anderson Vatutin Loureiro Júnior
José Antônio Gasparelo Júnior
José Luiz de Aguiar Bojikian
Ruy Nogueira Barbosa

Conselho Fiscal

Herthon Gustavo Dias
Hugo Florêncio de Castilho
José Eduardo Polisel Gonçalves
Enéas Correa de Figueiredo Júnior
Heleno de Figueiredo da Costa Marques
Mauren Lazaretti Aguiar

ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA (ESA/MT)

Diretor Presidente

Bruno Oliveira Castro

Diretor Adjunto

Dejango Riber Oliveira Campos

Secretária-geral

Fabiana Curi

Secretário-geral Adjunto

Welder Queiroz dos Santos

Coordenador Pedagógico

Marcelo Antonio Theodoro

Conselho Curador

Adriano da Silva Félix

Ana Lucia Ricarte
Breno Augusto Pinto de Miranda
Bruno Ferreira Alegria
Bruno Devasa Cintra
Daniela Marques Echeverria
Dauto Barbosa Castro Passare
Dinara de Arruda Oliveira
Geandre Bucair Santos
Marcos Martinho Avallone Pires
Rogério Luiz Gallo

Contatos: (65) 3613-0956/0957

OUIDORIA

Ouidor-Geral

Geandre Bucair Santos

Ouidora-adjunta

Giselle Jovelina Dias de Carvalho

Contatos: (65) 3613-0965

TRIBUNAL DE DEFESA DAS PRERROGATIVAS (TDP)

Presidente

Luiz da Penha Corrêa

Vice-Presidente

Ademar Santana Franco

Secretária-Geral

Jozaira Rita Seixas Guedes

Secretária Adjunta

Fabiane Battistetti Berlanga

MEMBROS

Antonio Pinheiro Esposito - Cuiabá
Bruno Casagrande e Silva - Nova Mutum
Bruno Rodrigues da Silva - Cuiabá
Carla Caroline de Paula Rocha - Cuiabá
Eduardo Horschutz Guimarães - Cuiabá
Edwin de Almeida Costa - Cuiabá
Everaldo Batista Filgueira Junior - Cáceres
João Ricardo Moreira - Cuiabá
Luciano Rodrigues Dantas - Cuiabá
Luiz Gonçalves de Seixas Filho - Mirassol D' oeste
Marco Antonio Magalhães dos Santos - Cuiabá
Marcus Augusto Giraldo Macedo - Peixoto De Azevedo
Milton Martins Mello - Cuiabá
Nelci Andrea dos Santos Andreotti - Peixoto De Azevedo
Paulo Sérgio Missasse - Cuiabá
Rosane Costa Itacaramby - Cuiabá
Ruy Barbosa Marinho Ferreira - Peixoto De Azevedo
Valéria Aparecida Solda de Lima - Mirassol D' oeste
Vicente Diocles Rocha Botelho de Figueiredo - Cuiabá
Vilson Pedro Nery - Cuiabá

Contato: (65) 3613-0965
Plantão de Prerrogativas (24 horas):
(65) 9239-1000

TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA (TED)

Presidente

João Batista Beneti

Vice-Presidente

Antonio Luiz Ferreira da Silva

Secretário-Geral

Silvano Macedo Galvão

RELATORES

Renato de Perboyre Bonilha
Rober Cesar da Silva
Clarissa Bottega
Samantha Rondon Gahyva Martins
Rogerio de Barros Curado
Roberto Antunes de Barros
Marco Antonio Dotto
Adolfo Arini
Jucimeire Marques de Oliveira
Jose Gaspar Maciel de Lima
Pedro Marcelo de Simone
Seila Maria Alvares da Silva
Alexandre Maciel de Lima
Ivo Sergio Ferreira Mendes
João Paulo Moreschi
João Manoel Junior
José Ravello
Henrique Alves Ferreira Neto
Orlando Campos Baleroni
Gisela Alves Cardoso
Nelson Feitosa
Valdir Francisco de Oliveira
Samuel Richard Decker Neto
Paulo Eurico Marques Luz
Nubia Narciso Ferreira de Souza
Jackson Mario de Souza
Marcelo Bertoldo Barchet
Mauro Antonio Stuan
Gelison Nunes de Souza
Paula Regina de Toledo Ribeiro
Celso Correa de Oliveira
Nelson Frederico Kunze Pinto
Adriana Paula Tanssini Rodrigues Silva
Rosely Amaral de Souza
Hamilton Ferreira da Silva Junior
Cristiano Alcides Basso
Marcel Alexandre Lopes
Clarissa Lopes Vieira Vidaurre
Rodrigo Quintana Fernandes
Jonel Benedito Ferreira de Arruda
Adelina Neres de Sousa Campos
Douglas Ricardo Guilhen Melo
Raul Astutti Delgado
Décio Cristiano Piatto
Andreia Alves
Carlos Roberto Previdelli
Ulisses Duarte Junior
Joice Wolf Scholl
Luiz Sergio Rossi
Mauro da Silva Andrieski
Murillo Espinola de Oliveira Lima
Amaro Cesar Castilho
Paulo Fabrinny Medeiros
Luciana Amália Alves
Bruno Ferreira Alegria

Contato: (65) 3613-0935

EXPEDIENTE

Jornalistas:

Lídice Lannes - DRTMT 810
Luis Tonucci - DRTMT 1468
Paula Peres - DRTMT 1243

Fotografias: Fotos da Terra e Assessoria de Imprensa OAB/MT

Diagramação e Editoração: Cláudio Castro - DRTMT 351

Contatos Assessorias de Imprensa:

OAB/MT - (65) 3613-0928/0929 - imprensaoabmt@gmail.com

Mídias sociais:

www.facebook.com.br/oabmt
www.facebook.com.br/oabmatogrosso
www.twitter.com.br/oabmt

CAA/MT (65) 3644-1006 - caamt@caamt.com.br
www.facebook.com.br/caaoabmt

Publicidade: Boletim Informativo - Comunicação Institucional

Tiragem: 15.000 exemplares

OAB Mato Grosso - Avenida Mário Cardi Filho, s/n - Centro Político Administrativo - CEP: 78.049-914 - Cuiabá/MT - Tel.: (65) 3613-0900 Fax: (65) 3613-0921



DIRETORIA



oaBMT recebe visita de procurador-geral de Contas

O presidente e o secretário-geral da OABMT, Maurício Aude e Daniel Paulo Maia Teixeira, respectivamente, receberam a visita do procurador-geral de Contas, Gustavo Coelho Deschamps cujo objetivo foi estreitar o relacionamento entre as entidades.

“Estamos apresentando o MPC a outros órgãos. Tenho acompanhado algumas ações da OABMT e tenho certeza de que pode ser uma grande parceria. Sabemos que a Ordem tem a função não só de defender a classe dos advogados, mas, também, a democracia e as contas

públicas. A OABMT já fez esse trabalho e o MPC quer ser parceiro nesse sentido”.

Ele acrescentou que o MPC está melhor estruturado para deixar de atuar apenas como pareceristas e passar a atuar proativamente, desempenhando ações de fiscalização e recorrer de processos, por exemplo.

Maurício Aude falou da Comissão de Fiscalização dos Gastos Públicos e Combate à Corrupção. “Acompanhamos o andamento das obras da copa, participamos de reuniões no Tribunal de Contas do Estado, com os Ministé-

rios Públicos Federal e Estadual, dentre outros órgãos. Agora, a OABMT também está de portas abertas para o Ministério Público de Contas”. O presidente da Ordem convidou o procurador-geral de Contas para participar do seminário “Aspectos práticos da Lei Anticor-

rupção e do Programa de Compliance” organizado pela Seccional, em parceria com a ESAMT; a referida comissão; Governo do Estado; Controladoria Geral da União (CGU); Advocacia-Geral da União (AGU) e Escola da Advocacia-Geral da União (Eagu).

Seccional entrega pré-projeto da lei anticorrupção para governador

A OABMT entregou ao governador do Estado a minuta do pré-projeto de regulamentação da Lei Anticorrupção no âmbito estadual. Participaram da reunião o presidente da Seccional, Maurício Aude; a vice-presidente, Cláudia Aquino; os secretários-geral e adjunto, Daniel Teixeira e Ulisses Rabaneda; o presidente e o secretário-geral da Comissão de Direito Bancário e Securitário, Evandro Cesar Santos e Bruno Coelho; o integrante da Comissão de Direito do Trabalho Marcelo Cintra; o membro da Comissão de Fiscalização dos Gastos Públicos e Combate à Corrupção Matheus Cunha; o governador, Pedro Taques; e o secretário da Casa Civil, Paulo Taques.

Maurício Aude frisou que o estudo foi

elaborado pela Comissão de Fiscalização dos Gastos Públicos e Combate à Corrupção, presidida pelo advogado Ivo Matias, e será de fundamental importância para o Estado. “Estamos contribuindo com uma minuta de projeto que pretende culminar na efetiva punição dos corruptos e corruptores. A expectativa maior é o combate à corrupção e esperamos que a lei não caia em desuso, por isso estamos lutando para que seja regulamentada em nosso Estado”. O governador aprovou a iniciativa e disse que analisará todo o documento, uma vez que também existe uma proposta da Controladoria-Geral do Estado.

Em virtude desses dois estudos, Ulisses Rabaneda concordou com a sugestão da criação de um comitê para tratar de assuntos que

envolvem mais de uma instituição para que seja possível compartilhar ideias e chegar a um denominador comum, a exemplo do que ocorre com o Comitê Multi-Institucional, o qual abrange Judiciário, OABMT, TRTMT, Justiça Federal, Ministério Público Estadual, dentre outras.

Matheus Cunha ressaltou que o objetivo da Ordem é fazer com que a lei seja efetivamente colocada em prática. De acordo com o advogado, há um acordo de cooperação firmado entre o Conselho Federal da OAB, Controladoria-Geral da União (CGU), Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministério da Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público e Advocacia-Geral da União (AGU) para aprimorar o enfrentamento à corrupção e à impunidade.



Pedido para pagamento a dativos é reiterado ao Estado

A Diretoria da OABMT reiterou ao governador do Estado o pedido para que os advogados dativos recebam seus honorários de forma administrativa durante reunião realizada no Palácio Paiaguás. O presidente da Ordem, Maurício Aude, lembrou que a Comissão de Defesa dos Honorários Advocaticios elaborou e apresentou um estudo ao então procurador-geral do Estado, Jenz Prochnow, em julho de 2013, no sentido de que o Estado pague os honorários devidos aos advogados dativos. “Este projeto já foi aprovado junto à Procuradoria-Geral do Estado e era uma luta antiga. Agora

só queremos que ele seja cumprido”. O governador, Pedro Taques, ouviu a reivindicação da Seccional e delegou ao secretário da Casa Civil, Paulo Taques, a função de verificar junto ao atual procurador-geral, Patrick Ayala, em que situação se encontra o projeto.

Parceria - Durante a reunião, o governador enfatizou que precisa do apoio da OABMT para finalizar a construção do Hospital Central de Cuiabá abandonado há 30 anos. De acordo com Pedro Taques, a ideia é realizar a partir de maio diversos eventos que ajudem na arrecadação de recursos. Sugeriu que a Ordem

também faça palestras com o mesmo objetivo e crie uma comissão de advogados para colaborar na fiscalização do emprego de todo o dinheiro no hospital. O presidente da Seccional, Maurício Aude, informou que a instituição contribuirá no que for possível para a viabilidade do projeto, uma vez que também atua no campo social. “Vamos estreitar ainda mais essa interlocução, até mesmo porque o próprio governador já determinou que em todas as reuniões com as instituições haja a presença de um representante da Ordem a fim de que sejam discutidas ideias e soluções em comum acordo”.



oaBMT integrará programa Poder Judiciário na Escola

A integrante da Comissão de Direito da Mulher e secretária-geral da OABVG, Alexandra Nogueira, representou a OABMT em reunião na Corregedoria-Geral da Justiça para tratar de parceria que promoverá ações e palestras em escolas de Cuiabá e

Várzea Grande. Também estava presente a presidente da OABVG, Flávia Moretti; membros do Ministério Público Estadual, da Defensoria Pública, das Secretarias Estadual e Municipal de Educação e Academia Mato-grossense de Letras.

A OABMT foi sig-

natária de um Termo de Cooperação Técnica em 2011 para ministrar palestras em escolas. Esse termo foi ratificado por meio do Provimento nº 08/2015 da Corregedoria, transformando o projeto em uma ação permanente do Poder Judiciário com a atuação da Ordem e outras

instituições. A reunião estabeleceu as seguintes ações para o programa nesse primeiro semestre de 2015:

a) palestras em três escolas de Cuiabá e em três de Várzea Grande para os alunos do 6º ano das escolas públicas estaduais;

b) concurso de re-

dação, onde cada escola participante enviará cinco redações para concorrer à premiação final;

As redações premiadas serão escolhidas pela Academia Mato-grossense de Letras. “Como disse a própria juíza Amini Haddad, o concurso de redação foi inspirado no

concurso realizado em março pela OABVG, cuja premiação contou com a presença do Presidente do TJMT e dela. A OABMT já tem realizado uma atuação permanente nas escolas com os projetos “OAB vai à escola” e “A escola vem a OAB”, contou Alexandra Nogueira.

Verba indenizatória é inconstitucional para oaBMT

A diretoria da OABMT entregou à mesa diretora da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) parecer elaborado pela Comissão de Estudos Constitucionais e que aponta a inconstitucionalidade do reajuste da verba indenizatória do valor de R\$ 35 mil para R\$ 65 mil para cada deputado estadual. O encontro ocorreu na sede da ALMT e contou com a presença do presidente da Seccional, Maurício Aude; vice-presidente, Cláudia Aquino; secretário-geral, Daniel Teixeira; presidente da Comissão de Direito Bancário e Securitário, Evandro Santos, presidente e membro da Comissão de Fiscalização dos Gastos Públicos e Combate à Corrupção, Ivo Matias e Matheus Cunha; presidente da Comissão de Estudos Constitucionais, Felipe Amorim; integrante da Comissão de Direito da Mulher Lucivani Raimondi; presidente da ALMT, Guilherme Maluf e os procuradores jurídicos da instituição.

Aude consignou que entende e reconhece que a verba indenizató-



ria deve existir, mas que, após estudar o parecer feito pela Comissão de Estudos Constitucionais, chegou-se à conclusão de que padece de inconstitucionalidades. “Sentimos-nos obrigados a dialogar com a ALMT. Entendemos que alguns princípios constitucionais não estão sendo respeitados. Para se ter ideia, o valor de R\$ 65 mil é muito alto e viola o princípio da razoabilidade, sem contar o da publicidade, pois o dinheiro empregado nessas verbas é público e não há nenhum tipo de prestação de contas, principalmente à sociedade”.

Felipe Amorim alegou que “além do des-

respeito aos princípios constitucionais, a maioria da verba indenizatória não podia ser feita por resolução. As verbas nesse patamar fogem dos princípios contidos no artigo 37 da Constituição Federal. Além disso, o valor de R\$ 65 mil é muito superior ao que recebe o governador do Estado”.

O presidente da ALMT, Guilherme Maluf, e sua equipe de procuradores jurídicos alegaram que “estudarão o parecer feito pela Comissão de Estudos Constitucionais. O decreto que instituiu a verba indenizatória veio para tentar agregar os



Gastos Públicos e Combate à Corrupção também entregaram ao presiden-

tuou Ivo Matias.

Proteção às Mulheres - A vice-presidente da Seccional, Cláudia Aquino, sugeriu a Guilherme Maluf a criação de uma frente parlamentar de homens na defesa dos direitos das mulheres, a exemplo do que ocorre no Estado do Rio Grande do Sul. “Precisamos que os homens sejam protagonistas nessa ação, que fiquem ao lado das mulheres”. O presidente da ALMT informou que estudará a viabilidade de atender o pedido.

valores numa só parcela. Sobre os valores, se comparados a outros Estados, está adequado, levando-se em consideração a extensão de Mato Grosso. Há muitos deputados de localidades distantes e peculiaridade do Estado”.

Combate à Corrupção - A OABMT e a Comissão de Fiscalização dos

te da ALMT a minuta do pré-projeto de regulamentação da Lei Anticorrupção no âmbito estadual, a exemplo do que ocorreu no Poder Executivo. “Temos que dar uma resposta à sociedade. A lei deve ser aplicada e esperamos que a ALMT realmente seja a Casa da Cidadania, pois a sociedade anseia o respeito à coisa pública”, pon-

Seccional recebe acadêmicos da Unemat de Barra do Bugres

O presidente da OABMT, Maurício Aude, recebeu cerca de 40 acadêmicos do terceiro e quarto semestres de Direito da Unemat de Barra do Bugres, e abordou acerca da importância da advocacia apresentando também a estrutura da Seccional. Eles foram acompanhados pelo coordenador do curso, Oseias Amaral da Silva e o professor e membro da Comissão de Estudos Tributários e Defesa do Contribuinte da Ordem, Dimas Simões Franco Neto. Ambos são advogados e afirmaram que estimulam os alunos a buscarem a advocacia considerada por eles a mais nobre das profissões.

“Elogiamos a iniciativa de trazer acadêmicos para conhecer a Ordem que congrega todos os advogados e advogadas do Estado. Vocês ouvirão muito acerca do artigo 133 da Constituição Federal que estipula ser o advogado indispensável para a administração da Justiça, mas é preciso compreender o motivo pelo qual o constituinte inseriu essa norma em 1988. Porque outras entidades de classe, outros Conselhos não têm a força que a OAB possui no Brasil? Simplesmente porque é a única que exerce a função de defesa de seus integrantes e

também dos interesses da sociedade. Essa história começou há muito tempo”, ressaltou o presidente da OABMT. Maurício Aude contou que em 1843 foi criado o Instituto dos Advogados do Brasil para formar a OAB. Porém, isso se deu quase um século depois, em 1930. “Houve muita luta para a criação da OAB porque havia resistência dos governos. E desde o início de sua história a Ordem foi chamada a ser interlocutora, a trincheira na defesa da sociedade”.

Prerrogativas e ética - O presidente da Seccional falou das prerrogativas, “que não são privilégios, mas instrumentos de defesa de seus clientes” lembrando que não existe hierarquia entre profissionais da advocacia, juizes e promotores. Alertou para a importância dos futuros advogados e advogadas atuarem eticamente, já que o desrespeito ao Código de Ética gera prejuízo para a classe cuja imagem é manchada pela generalização e preconceitos.

Exame e anuidade - Também foram abordados temas como Exame de Ordem e sobre anuidade, lembrando que desde 2010 não há alteração no valor (R\$725) e os benefícios foram ampliados com o escalonamento de valores para os jovens

advogados que começam pagando um valor menor (ampliado de três para cinco anos). Falou também da redução no montante para aqueles que possuem mais de 25 anos de inscrição, “cuja anuidade foi reduzida para R\$600”. Ao final, Maurício Aude abordou acerca dos órgãos que compõem a OABMT, quais sejam ESAMT, CAAMT, 50 Comissões Temáticas, Tribunais de Defesa das Prerrogativas e de Ética e Disciplina, 29 Subseções, convidando-os a integrem os quadros da Ordem sejam como estagiários, como profissionais da advocacia e membros desses órgãos.

A acadêmica Jorian Eugênia de Sá Carvalho mora em Denise e vai todos os dias a Barra do Bugres para as aulas. Ela considera importante a visita à OABMT para ter contato com a parte prática já que na faculdade nos aprofundamos na teoria.

Stewart Rocha também gostou de conhecer um dos órgãos que compõem o sistema judiciário e de ouvir a experiência do presidente da Ordem.

Já Watson Robe atua como mediador/conciliador na comarca desde que recebeu o convite do magistrado e considera fundamental o conhecimento da advocacia nessa fase do curso.

TDP é atendido e interfone deverá ser retirado de vara

A pedido da OABMT, por meio do Tribunal de Defesa das Prerrogativas, o interfone instalado na 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá terá de ser retirado de imediato. A determinação da desembargadora corregedora Maria Erotides Kneip Baranjak ocorreu em abril estipulando 24 horas para a retirada do equipamento. O pedido de providências da OABMT ocorreu em junho do ano passado. O presidente do TDP, Luiz da Penha, explicou que antes de oficializar a reclamação houve uma tentativa por parte da Ordem de resolver a questão junto ao juiz Roberto Seror que, conforme reclamações de advogados, estaria mantendo a porta de seu gabinete trancada, sendo que o contato com ele só poderia ser feito por meio do interfone.

“Sempre tentamos

buscar soluções por meio do diálogo, porém, não fomos atendidos; assim, a OABMT teve de levar à Presidência e à Corregedoria-Geral. A decisão vem apenas cumprir o que preconiza a Lei Federal 8.906/94 quando garante o livre acesso pelos profissionais da advocacia aos magistrados e entes públicos. Elogiamos a desembargadora Maria Erotides que veio pôr fim a esse equívoco”, sublinhou Penha.

Em resposta à CGJ, o magistrado negou trancar seu gabinete e disse que, em caso excepcional, era porque estaria trabalhando em causa complexa; alegou ainda que o interfone fora instalado na porta que daria acesso à escrivaninha. A corregedora-geral destacou que o equipamento instalado no âmbito do serviço público constituiria um óbice das partes e advogados aos servi-

dores e que tal prática não poderia persistir, mesmo que fosse na entrada da escrivaninha e da sala de audiência.

Plantão do TDP - O presidente da OABMT, Maurício Aude, elogiou a decisão e reafirmou a importância dos advogados e advogadas procurarem o TDP e as Subseções em casos de ofensas às prerrogativas. “Temos o plantão do TDP para atender as emergências e atuamos também dessa forma, buscando primeiro uma composição com o agente público, seja ele juiz, promotor, delegado para demonstrarmos a necessidade do cumprimento do Estatuto da Advocacia. O princípio da ampla defesa é constitucional e não é para o advogado, mas para seu cliente, o cidadão atendido pela Justiça”.

O celular do plantão do TDP é (65) 9239-1000.

Sistema de distribuição automática de processos é implantado na oaBMT

Sistema de distribuição automática de processos é implantado na OABMT

A diretoria da OABMT implantou no mês de março um sistema de distribuição automática de

processos para gerar celeridade e efetividade em todos os setores tais como Protocolo Geral, Tribunal de Ética e Disciplina, Câmaras julgadoras, e outros. “Há algum tempo planejávamos essa im-

plantação, porém, só foi possível depois da reestruturação total do nosso servidor, da organização do banco de dados e troca dos equipamentos a fim de gerar segurança e confiabilidade”, sublinhou o

presidente da Seccional, Maurício Aude.

A empresa Núcleo. Com Tecnologia, que presta serviços à OABMT, desenvolveu os módulos que permitem trâmites como criar pro-

cessos e fazer a distribuição automática de forma equilibrada. No caso do Conselho Seccional, por exemplo, os relatores são sorteados pelo computador que distribui igualmente os processos

evitando que haja sobrecarga para um ou outro conselheiro estadual. O sistema gerenciador de banco de dados utilizado é o Oracle, considerado um dos mais conhecidos e seguros mundialmente.

advogados participam de assinatura de regimento interno do Comitê Multi-Institucional



■ O secretário-geral adjunto da OABMT, Ulisses Rabaneda, os presidentes das Comissões de Direito Carcerário e Conciliação, Mediação e Arbitragem, Waldir Caldas Rodrigues e João Paulo Moreschi, participaram da assinatura do regimento interno do Comitê Multi-Institucional do Sistema Judicial de Mato Grosso, que ocorreu na Seccional. O documento consolida quatro anos do Comitê, cujo objetivo é desenhar um novo modelo de estrutura que prevê a integração entre as organizações para melhorar as condições dos serviços prestados à sociedade.

Ele é composto pela OABMT, instituições da Justiça Estadual, Ministério

Público, TRTMT, Ministério Público do Trabalho, Justiça Federal, Defensoria Pública, Defensoria Pública da União, Associação Mato-grossense de Magistrados, Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso e Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos.

Rabaneda ressaltou que o Comitê “se consolidou como um colegiado importante à administração da justiça em Mato Grosso, pois tem em sua essência o debate democrático e permanente de questões que afetam os mais variados órgãos e entidades que atuam na distribuição da justiça. Com a aprovação e assinatura do regimento interno, o Comitê passa a atuar de maneira bem mais direcionada e com interessante divisão de tarefas. Mato Grosso é pioneiro nesta

ideia, que já tem admiração de outros Estados”.

A presidência do Comitê continuará sendo ocupada pelo desembargador Márcio Vidal. João Paulo Moreschi destacou a sinergia em Mato Grosso. “Essa prática no estado tem repercutido lá fora. O comitê já tem dado resultados com a exportação dessa ação que soluciona conflitos. Este é um exemplo a ser seguido”.

Para Waldir Caldas, “esta é uma forma de solucionar conflitos. Temos percebido que nos estados onde não há essa prática do comitê existe dificuldade muito grande em resolver os problemas. Mato Grosso tem essa cultura fantástica de instalar comitês para resolver as demandas por meio da união de esforços, da discussão e resolução dos problemas”.

Vinculação de matrícula ao CPF do consumidor foi pedido da OABMT

■ Um importante benefício em prol do consumidor junto à CAB Cuiabá foi conquistado por meio da atuação da Comissão de Defesa do Consumidor da OABMT: a vinculação da matrícula (Unidade Consumidora) ao CPF do consumidor, que até então era vinculada ao imóvel. Esse direito está previsto no CDC, mas não estava sendo cumprido. No ano passado, a OAB/MT enviou notificação extrajudicial à Concessionária de Serviços de Água e Esgoto (CAB-Cuiabá) com o objetivo de fazer com que cumprisse as normas.

O Sindicato da Habitação do Estado de Mato Grosso (Secovi/MT) in-

formou que a concessionária estaria vinculando o contrato de prestação de serviços ao imóvel e não ao titular do contrato. O atual diretor do Procon Cuiabá, advogado Carlos Rafael de Carvalho, presidente da Comissão à época, reforçou a tese. “Eles não mais impedirão de transferir a unidade consumidora para o CPF do inquilino”. A denúncia era que fato estaria gerando transtornos ao novo titular que adquire ou aluga o imóvel, principalmente quando há débitos de contratos anteriores. A Comissão de Defesa do Consumidor da OAB/MT emitiu parecer destacando que, por se tratar de relação de consumo, deveria a concessionária

atender o CDC, não podendo recusar-se a efetivar a transferência da titularidade da unidade consumidora nem a prestação de serviços.

No final de março o Procon Municipal se reuniu com representante da CAB Cuiabá onde ficou acertada a vinculação da matrícula (Unidade Consumidora) ao CPF do consumidor, além de estabelecer um mutirão de conciliação, negociação de dívidas e reclamações. Um ponto de atendimento será montado na sede do Procon Municipal e contará com uma equipe da CAB. A previsão é de que o mutirão seja realizado na segunda quinzena de abril.

advogados atuam como debatedores em Seminário Internacional do agronegócio

■ O secretário-geral da OABMT, Daniel Teixeira; o presidente da Comissão de Estudos das Questões Jurídicas do Agronegócio, Paulo Inácio Lessa, e o conselheiro federal José Tadeu Guillen, foram convidados a atuar em palestras do “Seminário Internacional da Integração do Agronegócio com o Sistema Judicial” realizado em Cuiabá pela Federação da Agricultura e

Pecuária de Mato Grosso (Famato) e Tribunal de Justiça. Os advogados representaram a diretoria da Ordem na abertura do evento cuja palestra foi do economista e ex-ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega sobre “Perspectivas da economia brasileira”.

Daniel Teixeira e Paulo Inácio Lessa foram debatedores do painel que tratou do “Direito aplicado ao agronegócio

– o papel do magistrado americano no julgamento das questões do agronegócio”, cujo palestrante será o diretor executivo da Universidade de Georgia (EUA), Richard Reaves. O conselheiro federal José Guillen, por sua vez, foi mediador do tema “Os negócios jurídicos e o agronegócio” com o ministro do Superior Tribunal de Justiça, João Otávio Noronha.



Diretoria ressalta importância do quinto constitucional no TrEMT

■ O presidente da OABMT, Maurício Aude, a vice-presidente, Cláudia Aquino, e o secretário-geral, Daniel Teixeira, participaram da posse dos novos dirigentes do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE). A desembargadora Maria Helena Póvoas assumiu a presidência e o desembargador Luiz Ferreira, a vice-presidência e corregedoria regional eleitoral.

Aude destacou a importância dos magistrados, egressos do

quinto constitucional pela OABMT, assumirem a direção da Corte Eleitoral. “Essa composição é um elogio à advocacia, por isso, sentimo-nos honrados por estar aqui”. O presidente da OABMT também agradeceu ao ex-presidente do TRE-MT, Juvenal Pereira, pela parceria que gerou conquistas para os advogados e advogadas como a reativação da Sala da Ordem, a ampliação de funcionalidades, o mural eletrônico, além do trabalho em prol da sociedade

junto com a Comissão de Direito Eleitoral em promover debates em escolas sobre a ficha limpa e a reforma política.

Também estavam presentes os conselheiros estaduais Daniela Echeverria e Ítalo Leite; e o vice-presidente da Comissão de Direito Eleitoral, Sílvio Teles; e os ex-presidentes da OABMT Ussiel Teixeira, Francisco Faiad, Rubens de Oliveira Santos Filho, Amaral Augusto da Silva e Benedito Flaviano de Souza.

Conselho Seccional aprova desagravo em defesa de advogado de nova Mutum

■ O Conselho Seccional da OABMT aprovou desagravo público em razão de ofensa às prerrogativas de um advogado praticado por juiz do trabalho de Nova Mutum. A aprovação se deu na sessão de abril depois de ter sido também aprovado por unanimidade no Tribunal de Defesa das Prerrogativas, cujo relator foi o advogado Bruno Casagrande e Silva.

Conforme o relatório do conselheiro estadual Pedro Martins Verão, Luiz Felipe Lamme participava de uma audiência no fórum trabalhista e o magistrado determinou busca e apreensão no escritório do profissional de advocacia de documentos que não foram juntados na defesa. O advogado advertiu o juiz que não

poderia interferir em seu trabalho e os dois teriam se desentendido.

O conselheiro abordou a Lei 11767/2008, que aponta requisitos para afastar a inviolabilidade do escritório de advocacia, e a Lei Federal 8906/94 (Estatuto da Advocacia) ressaltando que não ficaram configurados os itens para o cumprimento do referido mandado. “De simples análise da lei, podemos resumir que as diligências de busca e apreensão em escritório de advocacia só poderão ser requeridas ou determinadas pela autoridade judicial competente quando houver: (I) provas ou fortes indícios de participação de advogado no crime sob investigação; ou (II) fundados indícios de que em poder do advogado há objeto que constitua

instrumento ou produto do crime ou elemento do corpo de delito, ou ainda dados ou documentos imprescindíveis ou esclarecimento do fato que esteja sendo apurado. Ora, indaga-se: qual o crime que estava sendo investigado pelo magistrado trabalhista?”.

Assim, o relator considerou que faltaram motivação e fundamento no mandado de busca e apreensão gerando nulidade do ato e fazendo demonstrada a ofensa à prerrogativa profissional o que ensejou a aprovação do desagravo público “como instrumento de defesa dos direitos e prerrogativas da advocacia”. Por ser um instrumento de reparação da ofensa moral previsto em estatuto próprio explicou que o desagravo não depende de concordância do ofensor



Curso de História da arte atraiu grande público

O curso “História da Arte” ministrado por uma das mais importantes intelectuais mato-grossenses, Aline Figueiredo, atraiu grande público à OABMT como parte da programação do Março Mulher e do OABMT 80 anos, por meio do projeto Arte na Ordem. “Admiramos muito o trabalho e a intelectualidade da professora e esperamos que possamos repetir

esse curso outras vezes”, sublinhou a vice-presidente da Seccional, Cláudia Aquino.

A presidente da Comissão de Direito da Mulher, Juliana Nogueira, pontuou que “com muita simplicidade, ela nos mostrou como a/o artista enxerga o universo em que vive. Na primeira aula, da pré-história ao gótico, foi demonstrada a importância da arte como forma de comunicação

e transmissão do pensamento e como está ligada à evolução das pessoas. O curso é também uma forma de entender a história mundial”.

O curso durou seis dias e Aline Figueiredo falou desde o surgimento do homem, passou pelo Renascimento, Revolução Industrial, Romantismo, Realismo, a Fotografia, Arte Moderna e Contemporânea até chegar à Arte Brasileira e Mato-Grossense.



alunos levam reivindicações a autoridades

O passeio cívico realizado durante a circulação do OABMT 80 anos em Diamantino gerou resultados para a comunidade escolar do Distrito de Deciolândia, comunidade rural a 140Km da cidade. Alunos do 5º a 7º anos visitaram os poderes constituídos coordenados pela vice-presidente da OABMT, Cláudia Aquino, o presidente da Subseção, Gildo Capeleto, advogados e advogadas.

Os estudantes conheceram a Prefeitura e foram recebidos pelo prefeito Juviano Lincoln do qual cobraram a instalação do aparelho de ar condicionado que está há

quatro anos na unidade escolar sem uso. Eles também pediram a construção da quadra esportiva e tiveram como resposta que esta já foi licitada e as obras iniciarão assim que terminarem as chuvas tendo prazo de seis meses para finalizar. Quanto ao ar condicionado, o prefeito se comprometeu em buscar solução e explicou que havia problemas de cabeamento. Lincoln também noticiou aos alunos que a comunidade de Deciolândia terá asfalto em breve.

Na sequência, conheceram a Câmara de Vereadores onde foram recebidos pelo presidente, vereador Jozenil Lube, que

explicou como tramitam os projetos de leis. O asfaltamento de Deciolândia foi aprovado recentemente pelo Legislativo Municipal que possui nove vereadores, sendo duas mulheres que receberam cadeiras cor de rosa no plenário como forma de destaque e homenagem.

No Ministério Público, duas promotoras receberam as crianças, sendo uma delas responsável pelas demandas da infância e juventude. Os estudantes aproveitaram para levar ao conhecimento do MPE a questão da instalação do ar condicionado, bem público que está há quatro anos na escola e corre o risco de depreciar com a falta de uso.

Os estudantes também visitaram a unidade da Justiça Federal e foram recebidos pelo diretor da Subseção Judiciária de Diamantino juiz federal Rafael de Souza Assis que explicou o que é a JFMT, quais as áreas de atuação e mostrou-lhes a sala de audiências.

A última etapa do passeio cívico foi no Fórum da comarca onde também está a Sala da OAB/Diamantino. Foram recebidos pela assessora do juiz diretor que também explicou todo o funcionamento da Justiça Estadual. Ao final, eles tiveram um lanche, oferecido pela Subseção e parceiros.

oaBMT Cidadania registra mais de 580 atendimentos

Durante um dia inteiro advogados, advogadas e parceiros realizam serviços gratuitos à população durante o “OABMT Cidadania” na Praça Rafael de Souza Assis, no bairro Novo Diamantino. O evento foi organizado pela Subseção e a Seccional com apoio do TRTMT, Justiça Federal, Justiça Estadual, Defensoria Pública, Procon, Prefeitura, Sine e outros. Foram oferecidas orientações jurídicas em diversas áreas, corte de cabelo, manicure, além de apresentações culturais e diversões para as crianças. Numa conversa com o grupo de idosos Viver Melhor, eles tiraram dúvidas sobre

aposentadorias e benefícios previdenciários. Ao todo, foram registrados 581 atendimentos.

A Justiça do Trabalho em Mato Grosso esteve presente com distribuição de materiais informativos (cartilhas, folders e folhetos) sobre os direitos do trabalhador e disponibilizou computadores para crianças com o jogo eletrônico “Construir com Segurança”. O material educativo foi produzido em parceria com o SESI Mato Grosso para ensinar de forma lúdica os conceitos básicos de segurança no trabalho e respeito às normas de prevenção de acidentes. (Com informações do TRTMT)

Sete cidades recebem palestras na 14ª circulação

Pela primeira vez em três anos de circulações do projeto OABMT 80 anos sete cidades receberam palestras em escolas ministradas por advogados e advogadas da região. Assim foi o “OABMT vai à Escola”, cujas aulas foram ministradas a centenas de estudantes, organizado pela OAB/Diamantino com o apoio da Seccional. Além de

Diamantino, receberam palestras Alto Paraguai, São José do Rio Claro, Arenópolis, Nortelândia, Nobres e Rosário Oeste. O conselheiro estadual e ex-presidente da Subseção, Celito Bernardi, organizou as palestras e todas as escolas pediram para retornarem.

Balanço interior - Em Alto Paraguai foram 340 alunos. Responsáveis: Fabrício Carvalho;

Pérsio Landim e Mizael de Souza. São José do Rio Claro: em torno de 500 alunos. Responsável: Antônio Marcos. Arenópolis e Nortelândia: 600 alunos. Responsáveis: Helton G. Ramos e Ana Flávia. Nobres e Rosário Oeste: 750 alunos. Responsáveis: Carlos Mendes, Dejair Roberto Liu Jr.; Nilton Marcos Nunes Pereira, Betânia Patrícia de Salles; Emerson Flá-

vio de Andrade;

Já em Diamantino o balanço foi o seguinte: Escola Piaget: 200 alunos. Responsáveis: Ellen Cristina de Barros, Adriane Tanssini, Adriane Gehardt, Caroline Freire. Escola Plácido de Castro: 350 alunos. Responsáveis: Indianara Conti Kroling e Angelica Maciel. Escola Murinho: 220 alunos. Responsáveis: Felipe

Stucker, Gabriela Cocco Busanello Benevides e Thiago Barreto. Escola Serra Azul: 200 alunos. Responsáveis: Adriana Tanssini e Adriane Gehardt.

Acadêmicos de Direito - A OABMT e a Subseção de Diamantino, em parceria com a Escola Superior de Advocacia de Mato Grosso (ESAMT) também realizaram o “Encontro Ju-

rídico” para acadêmicos de Direito na Unemat atendendo cerca de 220 acadêmicos. O diretor da Escola e vice-presidente da Comissão de Direito Civil e Processo Civil, Welder Queiroz dos Santos, falou sobre o novo Código de Processo Civil. O debatedor foi o vice-presidente da Comissão do Jovem Advogado da OABMT, Mário Medeiros Neto.



Multiplicadores de 13 subseções participaram do 1º Curso de Gênero

■ A OABMT recebeu 250 pessoas no 1º Curso de Gênero, Direitos Humanos e Controle Social, cujo objetivo foi contribuir com conhecimentos, competências e atitudes para o reconhecimento dos direitos das mulheres, em especial aquelas em situação de vulnerabilidade e violência. A capacitação foi ministrada pela professora Vera Bertoline, fundadora do Núcleo Interinstitucional de Estudo da Violência e da Cidadania da UFMT. O curso foi oferecido como parte da programação do Março Mulher e do projeto OABMT Mulher e teve representantes de 13 Subseções. Estavam presentes

advogados e advogadas de Cáceres, Colíder, Diamantino, Jaciara, Juína, Mirassol D'Oeste, Nova Mutum, Sorriso, Peixoto de Azevedo, Pontes e Lacerda, Sinop, Várzea Grande, Primavera do Leste e Rondonópolis.

“Hoje é um dia marcante na história de Mato Grosso, pois é a primeira vez que um curso dessa importância está sendo ministrado com a representação de advogadas e advogados de 13 subseções, que serão multiplicadores nas respectivas regiões. Questões relacionadas ao gênero e enfrentamento à violência, dentre outros, foram amplamente discutidas nas plenárias do Projeto OABMT Mulher,

que resultaram em diversas ações. A OABMT está plantando sementes de transformações e temos certeza que os frutos colhidos serão muito valorosos”, pontuou a vice-presidente da OABMT e coordenadora do OABMT Mulher, Cláudia Aquino.

O presidente da OABMT, Maurício Aude, destacou que a “Ordem tem a satisfação de sediar um evento dessa magnitude. Esse projeto ampliou a atuação da Ordem. Diversos foram os municípios em que a OABMT pediu a criação de Delegacias da Mulher, sem contar a instalação da Casa da Mulher Brasileira. Tivemos uma reunião com o governador do Estado e ele nos garan-



tiu que essa casa está em andamento para ser efetivada”.

Vera Bertoline elo-

giou a presença não apenas de mulheres, mas também de homens e apresentou, inicialmente, um histórico

da opressão feminina, passando por diferenciar o feminismo dos movimentos de mulheres.

Políticas Públicas sobre Mulheres em debate

■ No dia Nacional da Mulher (30 de abril), data de nascimento de Jerônima Mesquita, enfermeira que liderou os movimentos no Brasil para promover a inserção da mulher em todas as áreas de atuação, a OABMT esteve representada no III Seminário Estadual para a elaboração do 1º Plano Estadual de Políticas para Mulheres de Mato Grosso. O evento ocorreu na Assembleia Legislativa. Participaram a vice-presidente da Seccional, Cláudia Aquino; e as advogadas que integram a Comissão dos Direitos da Mulher, Juliana Nogueira (presidente da CDM e conselheira estadual da Mulher), Alexandra Nogueira (secretária-geral da OAB/Várzea Grande) e Sueli Regina Rondon.

O seminário promovido pelo Conselho Estadual da Mulher, ocorreu durante o dia todo com debates que apontaram o diagnóstico da realidade do estado e a identificação das organizações civis e conselhos municipais existentes com atuação em prol das mulheres. “Registre a existência e as contribuições do Projeto OABMT Mulher, por meio do qual foram criados dois conselhos municipais: Colíder e Nova Mutum. Aprentei os nomes das advogadas que os presidem”, ressaltou Cláudia Aquino.



A presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e defensora pública, Rosana Leite Antunes de Barros, explicou que o trabalho de confecção do plano estadual de políticas públicas teve início em agosto/2014 com a formação de um grupo de trabalho composto pelas instituições que integram o Conselho e voluntárias e será concluído a partir das propostas apresentadas pelas pessoas presentes ao Seminário, das várias cidades do estado.



O plano tratará dos eixos: educação, saúde, trabalho, violência, e gestão e monitoramento. O Governo do Estado, através da Sejudh, Setas e Nave, sinalizou positivamente à aprovação do plano, conforme a defensora. Portanto, a ideia foi elaborar uma proposta de Plano de Política para mulheres do Estado de Mato Grosso, com eixos temáticos, indicando também ações para o Plano Plurianual 2016-2019 e a estrutura de órgãos de Estado.

Campanha defende igualdade salarial entre homens e mulheres

■ Lançada na LESAMT a campanha “Trabalho igual. Salário Igual”, promovida pela BPW Cuiabá em parceria com a OABMT Mulher e as Comissões de Direito da Mulher e de Direito do Trabalho. A vice-presidente da OABMT, Cláudia Aquino, fez um histórico das relações de trabalho, enfatizando que “a industrialização foi o marco do surgimento do direito do trabalho. Nesta fase, iniciou-se a divisão sexual do trabalho, sendo que as mulheres enfrentam duplo preconceito: o biológico e o social. A primeira norma de proteção surge em São Paulo, que proibiu o trabalho de mulheres em estabelecimentos industriais no último mês de gravidez e no puerpério. Na esfera federal, facultava às mulheres, empregadas em estabelecimentos industriais e comerciais, descanso de 30 dias antes e outros 30 dias após o parto”.

A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) surgiu com o propósito de proteger os trabalhadores, sendo que o Capítulo III do Título III prevê a proteção do trabalho da mulher. “A Constituição



Federal de 1934 inovou ao assegurar a isonomia salarial entre homens e mulheres, apenas diferenciando onde a desigualdade se faz patente, como é o caso da maternidade. Além disso, três incisos constantes do artigo 7º e uma alínea dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias tratam especificamente do trabalho da mulher nos temas: licença maternidade, estabilidade à gestante, proteção do mercado de trabalho da mulher e proibição de diferenças de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo”.

Campanha - A campanha visa conscientização da população para o problema e o compartilha-

mento de informação para engajamento da população. O evento iniciou na Alemanha com a Federação BPW Alemã em 2008 e atualmente acontece em mais de 10 países, com atividades voltadas para chamar à atenção do governo, da sociedade e dos empregadores, para por fim a discriminação contra as mulheres. Entre as ações promovidas estão: combater à desigualdade de salários; impedir a diminuição do salário; exigir que mulheres melhores qualificadas tenham oportunidade de assumir postos de comando e ganhem igual aos homens nas mesmas condições; impedir que mulheres sejam submetidas aos estereótipos de gênero.

Carta da Mulher de Diamantino propõe adesão aos objetivos do Milênio da ONU

■ Durante a 14ª plenária do OABMT Mulher em Diamantino, foram apresentadas reivindicações apresentadas pelo presidente da Subseção, Gildo Capeleto, como o requerimen-

to para a Seccional aderir aos Objetivos do Milênio estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e a convocação Pequim + 20 como princípios fundamentais da entidade. Foram propostas:

moção de aplauso pelas conquistas alcançadas pela subseção, entre elas a instalação da Comissão do Direito da Mulher; o estímulo à criação e manutenção do Conselho Municipal dos Direitos da

Mulher em Diamantino, inclusive com assento garantido para a entidade; e, ter mais de 40% dos membros da diretoria da subseção de mulheres. A subseção comprometeu-se com os projetos dos grupos

de Pesquisa, Formação e Qualificação e de Políticas Públicas do OAB Mulher.

Participaram da plenária a vice-presidente da Seccional e coordenadora do Comitê Gestor do OABMT 80 anos, Cláudia

Aquino; o presidente da Subseção, Gildo Capeleto; e sua diretoria, os conselheiros estaduais Celito Bernardi e Fábio Capilé, advogados e advogadas da região. O encontro ocorreu na Câmara Municipal.

Comissões atendem sociedade em “Maio Trabalho”



As Comissões de Direito do Trabalho, Previdenciário e de Defesa do Consumidor da OABMT estiveram durante um dia inteiro na Praça Alencastro, em Cuiabá, prestando informações para dezenas de pessoas acerca de seus direitos. Além das três comissões, também foram parceiros o TRTMT; Procon; e Secretarias Estadual e Municipal de Trabalho. A ação foi parte do projeto Maio Trabalho. O presidente da CDT, Marcos Avallone, ressaltou que “este é o quinto ano do projeto que se estendeu em três frentes: atendimentos na praça; palestras para profissionais do direito; e para alunos de quinta à oitava série. Este ano faremos cerca de 20 palestras em todo o Estado. Muitos empregadores e empregados têm dúvidas sobre seus direitos e deveres. Com mais esse trabalho, a OABMT cumpre sua função social”.

Parceiros - Os parceiros também atenderam diversas pessoas. O secretário municipal de Trabalho e Desenvolvimento Econômico, Domingos Sávio, informou que a secretaria indicou as vagas de emprego e esclareceu dúvidas acerca da Medida Provisória nº 665/2014, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, altera a Lei nº 10.779/2003, que dispõe sobre o seguro desemprego para o pescador artesanal.

Palestras na ESA-MT e interior - “Os recursos na área trabalhista” foram tema de palestra ministrada na ESAMT pelo presidente do TRTMT, desembargador Edson Bueno, que deu um panorama acerca dos recursos admitidos na Justiça do Trabalho, diferenciou-os de ações

impugnativas apontando as características de cada um.

Também explicou sobre a estrutura de cada instância, a começar pelo TST e suas divisões em Seções Especializadas. Ao final chamou a atenção para a Lei 13.015/2014 que promoveu uma mudança substancial nos recursos trabalhistas, em especial o Recurso de Revista e Recurso de Embargos. “O TST apresentou o projeto de lei por meio de um parlamentar aqui de Mato Grosso, trazendo o que existia na jurisprudência”.

A OAB/Primavera do Leste realizou palestras nas Escolas 13 de Maio, Mauro Weis, João Vivalda, Cremilda Viana, Paulo Freire e Sebastião Patrício sobre direito do trabalho na programação do “Maio Trabalho 2015”.

As Subseções de Mirassol D'Oeste e Cáceres também realizaram palestras pelo Maio Trabalho. A vice-presidente da OABMT, Cláudia Aquino; o presidente da CDT, Marcos Avallone; e o presidente do TRTMT, desembargador Edson Bueno, passaram por Araputanga e Cáceres para falar sobre “Comportamento das partes em audiência”.

Em Araputanga, o evento foi na Faculdade Católica Rainha da Paz (FCARP), onde também ocorreu entrega de carteiras a novos advogados e estagiários. Também estavam presentes o presidente da Subseção de Mirassol D'Oeste, Gustavo Cardoso; o vice-presidente, Oswaldo Alvarez Junior; a secretária-geral, Valéria Aparecida de Lima; além de representantes da faculdade, advogados e advogadas e acadêmicos.

Em Cáceres, a mesma palestra foi ministrada no Tribunal do Júri do Fórum da cidade e estavam presentes o presidente da subseção, Eduardo

Sortica; a tesoureira, Cibeli dos Santos; o professor da Unemat José Ricardo; além de advogados e advogadas da região.

Terceirização - Marcos Avallone foi debatedor no evento realizado pela Associação dos Advogados Trabalhistas de Mato Grosso (Aatramat) e a Faculdade de Direito da UFMT que tratou do “PL 4.330 - A terceirização e os impactos nas relações de trabalho”, junto com o presidente do TRTMT, des. Edson Bueno; o procurador do Ministério Público do Trabalho, Renan Kalil; a presidente da Aatramat, Karlla Patrícia Souza; e o diretor da Faculdade de Direito da UFMT, Saul Tibaldi, que atuou como mediador.

O PL 4330 permite às empresas terceirizarem até as atividades-fim, aquelas consideradas principais na prestação dos serviços. A polêmica foi gerada diante da divergência de entendimentos já que classes trabalhadoras e alguns juristas defendem que a aprovação promoveria a precarização das relações de trabalho no país. Já para entidades patronais a medida geraria novos postos de trabalho. O projeto seguirá para o Senado. Na avaliação de Avallone, haverá prejuízo para trabalhadores e poderá enfraquecer a força sindical. “Teremos uma empresa com vários empregados fornecendo a mão de obra para várias empresas. O projeto permite que uma empresa possa funcionar sem ter nenhum empregado registrado como dela. Pode ter 100% de mão de obra terceirizada”. A terceirização não está prevista na CLT, mas o TST regulamentou a prática por meio da Súmula 331 para as atividades meio, tais como serviços de limpeza, de segurança, entre outros.

Comissão de Meio ambiente abre inscrições para congresso nacional

A Comissão de Meio Ambiente da OABMT realiza o “11º Congresso Nacional de Meio Ambiente da OABMT” que será realizado nos dias 9, 10 e 11 de junho, no auditório da instituição, pela Comissão de Meio Ambiente. O tema central será “Desafios ambientais do século XXI - água, solo e energia”. Os integrantes da comissão convidam advogados, advogadas, estagiários, acadêmicos de direito e profissionais de áreas correlatas para participarem do evento. As inscrições devem ser feitas no site da Seccional, no link “ESAMT - Área do Aluno” ou em pontos de vendas nas universidades.

Programação - A abertura do congresso (dia 9) será feita às 19h. A primeira palestra, às 20h, terá como tema “A incompatibilidade entre o conceito de sustentabilidade, as relações internacionais e a segurança jurídica”, com o

palestrante Werner Grau Neto, advogado e mestre em direito internacional ambiental.

Às 8h45, Daniela Libório Di Sarno explanará sobre “Responsabilidade por danos ambientais em áreas urbanas”. Ela é advogada e tem pós-doutorado pela Universidad de Sevilla (Espanha).

Dia 10 - A terceira e quarta palestras terão como expositores Luiz Henrique Magalhães Noquelli e Alessandra Panizi Souza. Eles falarão, respectivamente, sobre “Enquadramento das águas como instrumento de gestão da política de recursos hídricos em consonância com a política ambiental” e “O conflito internacional do uso da água”.

Luiz Noquelli é analista ambiental na Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) e engenheiro sanitário. Já Alessandra Souza é advogada e doutora em Ciências Jurídicas e Sociais junto à Universidad Del Museo Social Argentino.

Dia 11 - No último

11º CONGRESSO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE DA OAB/MT

TEMAS:

DESAFIOS AMBIENTAIS DO SÉCULO XXI - ÁGUA, SOLO e ENERGIA

O DIREITO AMBIENTAL APLICÁVEL SOBRE ÁREAS URBANAS, RECURSOS HÍDRICOS e USO ALTERNATIVO DO SOLO

09, 10 e 11 Junho de 2015

Inscrições: www.oabmt.org.br
(Inscrição em R\$ 150 e acesso "ÁREA DO ALUNO" ou nos pontos de vendas nas universidades)

no Auditório da **OAB/MT**

Investimento: **R\$2500** (Profissionais) **R\$1500** (Estagiários)

REALIZAÇÃO: Comissão do Meio Ambiente

Programação: www.oabmt.org.br

APOIADORES:

11º CONGRESSO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE DA OAB/MT

PROGRAMAÇÃO:

Dia 09/06/2015 ABERTURA
18h00 - Cadastramento e Coffee Break
19h00 às 19h15 - Abertura e composição de mesa
19h30 às 20h00 - Fala das autoridades
20h00 às 20h30 - 1ª Palestra: A INCOMPATIBILIDADE ENTRE O CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE, AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A SEGURANÇA JURÍDICA
Palestrante: Dr. Werner Grau Neto
20h45 às 21h15 - 2ª Palestra: RESPONSABILIDADE POR DANOS AMBIENTAIS EM ÁREAS URBANAS
Palestrante: Dra. Daniela Libório Di Sarno

Dia 10/06/2015
18h30 - Coffee Break
19h00 às 19h15 - Abertura e composição de mesa
19h30 às 20h00 - 1ª Palestra: ENQUADRAMENTO DAS ÁGUAS COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DA POLÍTICA DE RECURSOS HÍDRICOS EM CONSONÂNCIA COM A POLÍTICA AMBIENTAL
Palestrante: Luiz Henrique Magalhães Noquelli
20h15 às 20h45 - 2ª Palestra: O CONFLITO INTERNACIONAL DO USO DA ÁGUA
Palestrante: Dra. Alessandra Panizi Souza

Dia 11/06/2015
18h30 - Coffee Break
19h00 às 19h15 - Abertura e composição de mesa
19h30 às 20h00 - 1ª Palestra: A PERSPECTIVA SOBRE AS COTAS DE RESERVA AMBIENTAL
Palestrante: Dr. Rodrigo Justus de Brito
20h15 às 20h45 - 2ª Palestra: A PERSPECTIVA SOBRE O PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL E FUNCIONAMENTO DO SICAR EM MATO GROSSO
Palestrante: Dra. Ana Luiza Ávila Peterlini

dia do evento, os temas tratados serão “A perspectiva sobre as cotas de reserva ambiental”, com

o palestrante Rodrigo Justus de Brito (advogado e engenheiro agrônomo), e “A perspectiva

sobre o programa de regularização ambiental e funcionamento do Sicar em Mato Grosso”, com

Ana Luiza Ávila Peterlini (promotora de justiça de Defesa do Meio Ambiente de Cuiabá).

COMISSÕES



Novos profissionais recebem certidões na OABMT

A Comissão do Jovem Advogado (Cojad) da OABMT realizou mais um Dia de Formação com mais de 100 advogados e advogadas, os quais receberam certidões que os habilitam a exercer a profissão. Participaram o presidente da Ordem, Maurício Aude; a vice-presidente, Cláudia Aquino; o secretário-geral, Daniel Teixeira; o vice-presidente da Cojad, Mario Medeiros Neto; o ouvidor-geral da entidade, Geandre Bucair; o vice-presidente da CAAMT, Flaviano Figueiredo; o membro da Comissão de Estudos Tributários e

Defesa do Contribuinte, Pedro Paulo; e o membro da Cojad da Subseção de Rondonópolis, Rafael Gonçalves.

O ouvidor-geral da Ordem, Geandre Bucair, recebeu os novos profissionais. “Todos vocês venceram um caminho árduo e agora se depararão com novas lutas. Enfrentarão injustiças de toda sorte porque nosso país é um grande reprodutor de injustiças. Porém, onde há uma injustiça, há um advogado. A profissão é difícil, mas, se exercê-la com amor, se torna fácil. Ame tua profissão, pois é a única que recebeu a

salvaguarda da Constituição Federal. Ontem lutamos contra a ditadura e, hoje, contra a corrupção. Venham participar dos quadros da OABMT, das Comissões Temáticas. Venham fortalecê-la ainda mais. Não sejam apenas partícipes nos corredores forenses”.

Estagiários - Aproximadamente 115 novos estagiários prestaram compromisso na OABMT, em outra solenidade coordenada pelo presidente da Seccional, Maurício Aude. O presidente do Tribunal de Ética e Disciplina, João Batista Beneti, fez a leitura

do juramento.

Aude chamou a atenção para a responsabilidade de atuar de forma ética. “Vocês acompanharão advogados e advogadas e recebem hoje a carteira de estagiários da Ordem. É importante estarem conscientes da defesa das suas prerrogativas. Quem descumpra o Código de Ética da OAB está desmerecendo a advocacia por que provoca uma generalização contra a classe. Somos a única profissão que consta na Constituição Federal, em seu artigo 133, como essencial para a administração de um Poder (Judiciário)”.



Estudantes recebem advogado para falar de violência doméstica

A Comissão do Jovem Advogado da OABMT realizou mais uma edição do projeto “OABMT vai à Escola”. O integrante Elder Kennidy Santos falou sobre violência doméstica e o alcance da Lei Maria da Penha para 50 alunos do 9º ano da Esc. Est. Hélio Palma de Arruda, em Cuiabá. Foram abordados os tipos de violência: física, psicológica, financeira e moral; os mecanismos

de proteção e a quem pedir auxílio.

“Foi abordado o direito da proteção integral existente no Estatuto da Criança e do Adolescente e a necessidade do adolescente que sofre abuso no seio familiar em buscar ajuda, seja com a professora da escola, seja junto ao Judiciário. Assim, encerrei colocando a OABMT à disposição dos alunos”.

Projeto permanente

te - O vice-presidente da Cojad, Mário Medeiros Neto, ressaltou que o projeto OABMT vai à Escola, conduzido pela Comissão do Jovem Advogado, é contínuo, “com eventuais temáticas e mobilizações especiais, como aconteceu durante o Março Mulher em parceria com a Comissão de Direito da Mulher. Em maio haverá outras programações em parceria com a Comissão de Direito do Trabalho”.

CIJ participa de inauguração de Casa da Semiliberdade

A nova presidente da Comissão de Infância e Juventude da OABMT, Tatiane de Barros Magalhães, e o integrante Fabiano Zanardo participaram da inauguração da casa de semiliberdade de Cuiabá, onde ficarão recolhidos adolescentes reincidentes em infrações penais medianas. A estrutura

conta com cinco quartos, sala multiuso, refeitório, cozinha e sala de atendimento técnico e uma equipe multidisciplinar composta por assistentes sociais, educador físico, psicólogos e agentes educadores.

“Em resumo, a casa vai atender 20 adolescentes que são reincidentes em práticas de infrações penais me-

dianas, isto é, infração penal que não é cometida com grave ameaça à vida e à integridade física da pessoa, a exemplo daqueles que praticam furtos. Eles ficarão internados em regime fechado, mas não estarão no convívio com adolescentes que praticaram infração penal grave (crimes hediondos)”.



Melhorias para as Sociedades de advogados são tratadas em Brasília

O vice-presidente da Comissão de Sociedade de Advogados da OABMT, José Antônio Alves, participou de reunião da Comissão Nacional no Conselho Federal da OAB em Brasília. “Tratamos, entre outros, dos seguintes temas: projeto de Lei da Sociedade Individual

de Advogado; Cadastro Nacional das Sociedades de Advogados; função Cartorial das Comissões Estaduais de Sociedade de Advogados; e estudo sobre o Perfil das Sociedades de Advogados”.

Também houve encontro do Colégio de Presidentes de comissões congêneres de todo o país. No país são 45 mil

sociedades, que podem somar até 200 mil profissionais. A OAB busca a aprovação no Congresso Nacional do projeto que cria as sociedades individuais de advogados, que trarão menos burocracia e mais justiça tributária a milhares de advogados em todo o país.

A Comissão estabeleceu como meta

a inclusão de 30 mil sociedades até junho deste ano no Cadastro Nacional das Sociedades de Advogados, que será particularmente importante quando o Novo CPC entrar em vigor, em 2016, pois o texto prevê a intimação da sociedade de advogados. Outro ponto que avançou nos debates da

Comissão é a padronização dos registros de sociedades que possuem filiais em mais de um Estado e, no futuro, a padronização nacional para a criação das sociedades, além de mais rapidez e menos burocracia nesses procedimentos.

O colegiado aprovou moção de pesar pela

morte de Carlos Roberto Fornes Mateucci, diretor tesoureiro da OAB de São Paulo, em 18 de abril. Ele foi presidente do CESA (Centro de Estudos das Sociedades de Advogados) e membro da Comissão das Sociedades de Advogados. (Com informações do Conselho Federal da OAB)

Cojesp reivindica melhorias nos juizados

As diretorias da OABMT e da Comissão de Juizados Especiais se reuniram com o Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais e com os juízes da Turma Recursal Única e apresentaram demandas visando melhorar a prestação jurisdicional. Participaram o secretário-geral da Ordem, Daniel Teixeira; o presidente da Cojesp, Giorgio Aguiar; o membro da Comissão Carlos Melo Rosa; os magistrados Agamenon Alcântara Júnior, Alex Figueiredo, Sebastião Almeida, João Bosco Soares, Valmir dos Santos e Marcelo de Moraes.

O primeiro assunto foi a cobrança de resposta acerca do estacionamento para advogados e jurisdicionados no Juizado do Jardim Glória; a redesignação de audiências de conciliação no Juizado do Cristo Rei e o horário de almoço para os conciliadores, o qual está atrasando as audiências. Ficou acordado que toda matéria relacionada a estrutura física dos juizados deverá ser encaminhada ao presidente do TJMT e, sobre o horário de refeição, foi esclarecido que a intenção é criar o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania dos Juizados Especiais.

O segundo tema versou sobre a aplicação do Enunciado 158 do Fonnaje pelos juízes apesar de ser sido revogado. O assunto será levado para reunião do Conselho de Supervisão. Os advogados questionaram a morosidade para liberação de alvarás e mais transparência para uma suposta lista de espera para autos que aguardam sentença, liberação de alvará e pedido de bloqueio de valores (Bacenjud). Sugeriram padronização de procedimentos referentes aos alvarás e ficou decidido que a Cojesp fará um levantamento de quais juizados ocorre



com maior frequência.

Quanto ao Oitavo Juizado Especial de Cuiabá, requereram a redesignação de audiências ou a criação de uma central de conciliação, unificando todas as audiências em um único prédio. Por fim, os representantes da OABMT reivindicaram que os pedidos de preferência com sustentação oral deverão anteceder as preferências simples durante

as sessões da TRU, o que foi acatado pelos membros da Turma.

Embargos de declaração - Em outra reunião entre Comissão de Juizados Especiais e Conselho de Supervisão dos JEs, um tema se destacou: a concessão ou não do benefício da gratuidade de justiça. Os advogados reiteraram o pedido aos magistrados que compõem a Turma Recursal Única

(TRU) para que defiram o benefício às partes que ajuízam recursos perante o órgão. O juiz Sebastião Almeida enfatizou que, se em alguma decisão for negado o pedido, que os advogados apresentem embargos de declaração e juntem documentos que comprovem a hipossuficiência da parte. De acordo com o juiz, se isso ocorrer, a parte terá o benefício concedido.

Presidente da Comissão de Conciliação ministra palestra em seminário da oaB/SE

O presidente da Comissão de Conciliação, Mediação e Arbitragem da OABMT, João Paulo Moreschi, ministrou palestra durante o Seminário "Mediação e Arbitragem com o Novo CPC" na OAB de Sergipe. O evento colocou em debate as vias alternativas para solução de conflitos dentro do Novo Código de Processo Civil. "O Novo CPC traz inovação também com o legislador, que força situações para que haja mediação no pro-

cesso judicial. Esse é um momento de transição entre o velho e o Novo CPC, que entrará em vigor a partir de março de 2016. É preciso que os operadores de Direito consigam se atualizar e ficar em sintonia com o que diz a nova lei".

De acordo com o presidente da Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem da OABSE, João Alberto Oliveira, a inclusão da mediação no Código de Processo Civil é uma das principais alterações que vem estimular

as partes para que possam encontrar a resolução de conflitos sem a necessidade de uma decisão do juiz.

O palestrante Asdrúbal Júnior abriu os debates afirmando que uma das importantes mudanças trazidas pelo Novo CPC foi a comunicação entre Juízo Arbitral e Juízo Estatal através da Carta Arbitral, que permitirá que o árbitro se comunique com o juiz estatal para concessão de pedidos liminares, cautelares e antecipações de tutelas.

Comissão de Segurança Pública alerta para aumento de criminalidade

O presidente da Comissão de Segurança Pública da OABMT, Almerindo Costa, se reuniu com o presidente da Seccional, Maurício Aude, para tratar das ações que vem desenvolvendo junto à Secretaria de Estado de Segurança Pública. O advogado esteve com o secretário, Mauro Zaque, para tratar do aumento da criminalidade na capital e no interior.

Almerindo Costa cobrou as nomeações de novos policiais militares e civis relatando a demanda de uma empresa de cosméticos que teve de fechar as portas devido aos inúmeros assaltos que sofreu. A OABMT, por meio da referida comissão, foi procurada pela representante da empresa O Boticário, que fechou uma de suas lojas depois de 34 anos no mesmo pon-

to comercial em Cuiabá. Entre 2007 e 2015 a loja sofreu 15 assaltos, todos sem solução. O secretário explicou que no dia 30 de junho vão formar 600 novos PMs e 600 novos investigadores de polícia. Afirmou, também, que cerca de 740 militares serão nomeados até agosto.

Nomeação - O secretário Mauro Zaque relatou que está formando uma Comissão de Estudos Legislativos com integrantes da OABMT, do Poder Judiciário,

do Ministério Público Estadual e da própria Secretaria para buscar alternativas para melhorar equipar a Sesp/MT. Maurício Aude nomeou Almerindo Costa para representar a Ordem nesse trabalho. "Precisamos dar uma resposta à sociedade diante da insegurança que paira sobre as famílias e as empresas. E a OABMT está sempre disposta a contribuir para a busca de soluções e também fiscalizar o trabalho desenvolvido pelo poder público".



advogado representa oaBMT na Câmara Temática de Mobilidade Urbana

O presidente da Comissão de Direito de Trânsito da OABMT, José Antônio Duarte Alves, participou da posse dos novos membros da Câmara Temática de Mobilidade Urbana na qual representa a Seccional. Junto com outras instituições, a Câmara ficará responsável pela elaboração do Plano

Municipal de Mobilidade Urbana a ser entregue até o final do ano.

"Esta é uma pauta nacional, em que temos que trazer para nossa realidade as diretrizes e políticas que o governo federal determinou, construindo uma cidade para as pessoas e garantindo o ir e vir aos espaços públicos", pontuou o secretário

de Mobilidade Urbana, Thiago França. Além da OABMT, fazem parte da Câmara Temática membros das Secretarias Municipais de Mobilidade Urbana, de Planejamento, por meio do Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (IPDU), de Saúde, da Secretaria de Estado das Cidades, dentre outras.

advogados devem se atentar à instância na qual protocolam petição

O Processo Judicial Eletrônico trouxe inúmeras vantagens e facilidade na hora de mover uma ação na Justiça do Trabalho em Mato Grosso, como a maior celeridade e a possibilidade de acesso ao processo de qualquer lugar, bastando um computador e uma conexão com a internet. Todavia, é preciso que advogados e demais usuários do sistema tomem algumas cautelas durante o uso para não acabar tendo problemas no futuro. Uma delas, por exemplo, é na hora de peticionar nos autos, de modo a não incluir um documento ou petição

numa instância diferente daquela onde o processo tramita.

A plataforma do PJe de 1º grau não é a mesma do PJe do 2º grau, tanto que o advogado precisa se cadastrar nos dois ambientes (R.A. TRT 23 n. 243/2014, artigo 6º). Assim, por padrão, o PJe emite, automaticamente, um alerta informando quando se está inserindo uma peça no sistema no ambiente de segundo grau enquanto o processo ainda tramita na primeira instância, dando ao usuário a possibilidade de corrigir o equívoco. Mesmo assim ainda são relatados

casos de falhas nesse sentido.

Perda de prazo - Quando ocorre o protocolo de um documento ou petição em grau diferente, em tese a instância que o recebeu informa a outra do erro, remetendo o documento. A prática, apesar de corrigir o problema, não o resolve na integralidade. Isso porque a data de protocolo da petição acaba sendo a do recebimento da peça pela instância competente e não a data do protocolo de origem, o que pode resultar na perda do prazo processual. Fonte: TRTMT



COMISSÕES



Cojad é parceira do Detran para palestras em escolas

■ A Comissão do Jovem Advogado da OABMT fez parceria com o Departamento de Trânsito de Mato Grosso para levar palestras a escolas e universidades. A vice-presidente da Seccional, Cláudia Aquino, e o vice-presidente da Cojad, Mário Medeiros Neto, participaram de reunião para planejar as ações. Participaram representantes do Corpo de Bombeiros, Polícias

Militar e Rodoviária Federal, Prefeitura e Sindicatos parceiros.

A advogada ministrou palestra para alunos do ensino médio e o Detran/MT, em parceria com o Corpo de Bombeiros Militar, com o apoio da Secretaria de Mobilidade Urbana (Semob) e do Sindicato Intermunicipal dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares (SHRBS/MT). As atividades integram as ações do projeto

“Trânsito Consciente - Operação Lei Seca Mato Grosso”, com o objetivo de sensibilizar os jovens para a necessidade da adoção de posturas que preservem a vida no trânsito. “É muito gratificante fazer parte de ações que colaboram, plantam sementes para a construção de uma sociedade mais pacífica. A conscientização poderá salvar vidas”, sublinhou Cláudia Aquino. (Com informações do Detran/MT).



Comissão de Direitos Humanos participa de inspeção na PCE

■ A presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH) da OABMT, Betsey Bolistchuk de Miranda, participou, junto com representantes do Conselho Regional de Psicologia, de inspeção na Penitenciária Central do Estado (PCE) com a finalidade de conhecer a realidade dos manicômios judiciais no país, buscando identificar casos de violência, abusos e violações de direitos. A advogada informou

que a visita foi restrita à ala reservada às pessoas que possuem algum tipo de distúrbio mental.

“Essa é uma ação realizada em todo o país em conjunto com o Conselho Federal da OAB e Conselho Federal de Psicologia. Nós, representantes das

instituições estaduais, participamos de uma reunião preparatória para definir estratégias, fizemos a visita e coletamos todos os tipos de informações sobre o tratamento ou falta deste”. A visita é uma inspeção nacional aos manicômios judiciais, hospitais de custódias ou similares para averiguação da efetividade da implantação das portarias interministeriais que tratam sobre o atendimento de saúde às pessoas com transtorno mental e em conflito com a lei.



Comissão de Políticas Sobre Drogas planeja ações para 2015

■ A mais recente comissão criada pela diretoria da OABMT com a aprovação do Conselho Seccional planeja diversas ações para 2015. O presidente da Comissão de Políticas Sobre Drogas, Nestor Fernandes Fidelis, ressaltou que há muito que se fazer e já no primeiro encontro os seus membros apresentaram contribuições como o apoio aos advogados e advogadas que enfrentam dificuldades na família em relação à dependência química e o trabalho junto ao poder público para prevenções e fiscalizações.

“Pretendemos fiscalizar a aplicação de recursos públicos distribuídos para as ações de combate às drogas pelos Governos Estadual e Federal e também os leilões dos bens de traficantes. Queremos acompanhar o trabalho de



repressão promovido pelos órgãos responsáveis como o Grupo de Fronteira (Gefron) e dar o apoio institucional necessário para que consigam mais estrutura no que for necessário”.

A Comissão também pretende esclarecer a prerrogativa do advogado criminalista que defende réus nessa área e, muitas vezes, é confundido com seus clientes. “Temos que separar a ação criminosa do trabalho do advogado que defende o criminoso judicialmente. Todo cidadão

tem direito à defesa por garantia constitucional”. Outros assuntos apontados foram a fiscalização em farmácias que vendem remédios controlados sem prescrição médica, o que é irregular e estimula a dependência química; e o apoio às questões legislativas para se criar mais instituições que acolham os usuários de drogas. Também foi debatido na Comissão o trabalho de conscientização quanto às chamadas drogas lícitas (álcool e cigarros) já que vem aumentando o número de dependentes.

“Vamos programar a realização de uma audiência pública em junho para debater a ‘febre’ das festas open bar, em que as bebidas alcoólicas são servidas à vontade. Enfim, vamos definir ações emergenciais para os próximos três meses e há muito trabalho a desenvolver”, finalizou Fidelis.

Comissão de Defesa do Consumidor da OABMT define estratégias para ações

■ A nova diretoria da Comissão de Defesa do Consumidor da OABMT esteve reunida na sede da instituição para discutir estratégias de ações a serem implementadas ao longo desse ano, bem como prosseguir com as já iniciadas pela gestão anterior. O presidente da CDC, Rodrigo Palomares, desde já convida advogados e advogadas a integrarem a comissão. No último encontro houve votação para vice-presidente e secretários-geral e adjunto, tomando posse os advogados Antônio Carlos Tavares de Mello, Luís Roberto Silva e Tiques, e Rodrigo Direne Moraes. Para participar, basta enviar requerimento de inscrição para o

presidente da Seccional.

“Também votamos para serem organizadores de eventos comemorativos da comissão a advogada Andreia Macedo e o advogado Vitor de Lima”, observou. Em todas as reuniões haverá pesquisas de temas, podendo ser publicadas em revistas e jornais. Foi solicitado pelo vice-presidente a possibilidade de realização de reuniões extraordinárias na Delegacia do Consumidor, bem como no Sistema Nacional dos Procons. As reuniões ocorrerão toda primeira sexta-feira de cada mês e, caso seja feriado no referido dia, será automaticamente adiada para a próxima sexta-feira, dia útil.

Na próxima reu-

nião serão deliberados os assuntos: página no Facebook; competência da comissão; verificação de prazos para eventos no ano de 2015; atualização de cartilha; tema “Atraso de Obra”, membro pesquisador “Antonio Carlos Tavares de Mello”. Foi determinado o segundo tema para próxima pesquisa: tema “Plano de Saúde”, membro pesquisador “Rodrigo Palomares”. O membro Jairo da Luz Silva ficou responsável por verificar a data para realização do próximo evento pela CDC, bem como em fazer um levantamento dos trabalhos realizados pela comissão anterior para, caso haja necessidade, dar continuidade pelo presidente.

Treinamento sobre PJe no TJMT orienta profissionais

■ Cerca de 30 advogados e advogadas participaram do treinamento sobre a funcionalidade e manuseio do Processo Judicial Eletrônico (PJe) no Tribunal de Justiça. O presidente da Comissão de Direito Eletrônico da OABMT, Eduardo Manzeppi, esteve no local e tem acompanhado o trabalho de implantação do PJe na Justiça Estadual a fim de buscar a garantia de acesso e estrutura para sua utilização. Conforme acordado em reunião o Processo Judicial Eletrônico não será implantado em sua íntegra neste ano, apenas na Vara de Execução Fiscal que servirá de

modelo. A partir de 2016 ocorrerá a expansão para todo o Estado. A capacitação foi oferecida a diversos públicos pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação.

Acesso por login e senha - A pedido da OABMT e da Comissão, a nova versão do PJe estadual, implantado pelo TJMT em abril, permitirá o acesso dos usuários por login e senha e não somente por meio de assinatura eletrônica inserida no Token. A mudança atende principalmente advogados, procuradorias, partes, servidores e Ouvidoria do TJMT, além de permitir que o progra-

ma seja acessado por aparelhos móveis como tablets e celulares. Para ter acesso ao novo formato, basta ir pessoalmente até a secretaria da vara para solicitar a senha. “Desta forma a parte poderá acessar o sistema, verificar os processos em que é parte, visualizando e acompanhando a tramitação e as audiências marcadas. A exceção são os processos que tramitam em segredo de justiça”, explica o gerente de projetos da Coordenadoria de Tecnologia de Informação, Rafael Brecailo Kloeckner.

O certificado digital continua necessário para a assinatura de decisões, protocolo de petições e vi-



sualização de processos sigilosos. Essas ações exigem a utilização da certificação para que seja mantida a segurança do ato. (Com informações do TJMT)

Acessibilidade a deficiente - O presidente da Codel, Eduardo Manzeppi, se reuniu com o juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça, João Thiago Guerra, para reivindicar mais acessibilidade aos sistemas de petição eletrônico PEA e Projudi. Estava junto o advogado Marcelo Leandro Sonntag, de Sinop, que é deficiente visual e foi encaminhado pelo presidente da Subseção, Felipe Guerra.

Marcelo Sonntag explicou as dificuldades encontradas nos sistemas para peticionar ou acompanhar os andamentos dos processos. “Utilizo um programa de que faz a leitura da tela do computador, mas

mesmo assim há alguns links e campos que devem ser preenchidos que esse programa não lê. São barreiras que impedem que os advogados tenham acesso às informações dos seus processos, bem como impossibilitam que estes peticionem, dificultando o exercício da profissão. Somente é possível acessar os links e campos por comandos efetuados com o mouse, o que torna praticamente impossível pelo fato dos deficientes visuais trabalharem com comandos de teclado”. O magistrado se comprometeu a testar o programa utilizado pelo advogado para analisar a viabilidade de fazer adaptações.

Identificação de pagamentos - Após reiterados pedidos ao TJMT, a identificação de todos os pagamentos de alvarás está sendo feita mediante a vinculação do CPF ou

CNPJ. O TJMT e o Banco do Brasil realizaram estudos e conseguiram implementar a ferramenta. Eduardo Manzeppi informa que para a obtenção de relatórios dos pagamentos, o sistema Sincondj conta com o campo “advogado acompanhamento”, onde o gestor ou o assessor deve inserir o número do CPF ou CNPJ no alvará a ser expedido pelo magistrado, ficando a ele vinculado.

De acordo com o presidente da Codel, a informação permitirá que advogados e advogadas acompanhem todos os pagamentos efetuados em seu favor em forma de relatório. O Departamento de Depósitos Judiciais – Coordenadoria Financeira do TJMT já expediu ofício circular nº 1/2015 a todos os gestores informando a inovação apresentada no Sincondj e orientando o preenchimento dos dados.



Comissão de Saúde participa de reunião do Comitê Executivo do TJMT

■ Representantes da Comissão de Saúde da OABMT participaram de reunião do Comitê Executivo de Saúde do Tribunal de Justiça para tratar sobre os estudos relativos à criação/alteração dos enunciados do Fórum de Saúde preparatório para a II Jornada de Direito de Saúde, realizada entre 18 e 19 de maio em São Paulo. No encontro também foi apresenta-

da a nova estrutura do Núcleo de Atendimento Técnico (NAT). Estavam presentes o presidente da comissão, Fábio Capilé, as integrantes Lucélia Farah e Joeli Casteli; além do juiz coordenador do NAT e presidente do Comitê, Emerson Cajango; o procurador-geral do Estado, Patryck Ayala; o secretário de Estado de Saúde, Marco Aurélio Neves; o representante do Ministério Público Estadual,

Alexandre Guedes; entre outros.

Capilé afirmou que a problemática atual impede o regular processamento e atendimento das demandas é a ausência de informação. “Não há como criar provimentos ou regulamentação exigindo do cidadão a apresentação de informações sobre medicamentos, regulação e serviços disponíveis da administração pública, se não está apta a fornecê-los. O principal motivo da judicialização esbarra exatamente na ausência de mecanismos capazes de controlar informação, isso com relação às disponibilidades, pessoas reguladas, serviços disponíveis, contratados ou que foram prestados, dentre outros. Enquanto não houver um sistema de informação adequado, as demandas seguirão em crescimento”. O secretário de saúde defendeu a redução das demandas, enquanto que o magistrado evidenciou que, através

da estruturação do NAT, haverá melhores condições de atender os casos efetivos de emergência com a concessão da tutela a quem realmente precisa.

Audiência pública - A Comissão de Saúde participou da audiência pública para debater a judicialização da saúde em Mato Grosso realizada na Assembleia Legislativa em Cuiabá. O presidente da CS, Fábio Capilé, defendeu a atuação do profissional da advocacia lembrando que a demanda judicial só ocorre quando o paciente não consegue atendimento eficaz no sistema público. “O advogado, seja ele particular ou público, é um instrumento de construção da cidadania e através da judicialização busca corrigir distorções criadas pelo próprio poder público”.

O secretário de Estado de Saúde ressaltou que 70% das demandas judicializadas são referentes

a medicamentos de alto custo e serviços nas áreas de cardiologia, ortopedia e neurologia. “No dia 21 de janeiro tínhamos 1.800 processos na mesa esperando por resposta. Hoje estamos conseguindo dar esta resposta no prazo de 72 horas. Em 2014 tivemos R\$ 96 milhões bloqueados pela Justiça, já conseguimos reduzir o número de bloqueios/mês em 50%”.

O autor do requeri-

mento da audiência pública foi o deputado Leonardo Albuquerque (PDT), que é médico. Além da OABMT e da sociedade civil organizada, participaram da audiência o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Procuradoria Geral do Estado (PGE), Poderes Executivos Estadual e Municipal (Cuiabá), Sindicato dos Médicos (Sindimed), entre outros. (Com informações da ALMT)



advogados buscam correção no sistema da Sefaz

■ A Comissão de Estudos Tributários e Defesa do Contribuinte da OABMT conseguiu que fosse feita uma correção no sistema eletrônico de recepção de processos da Secretaria de Estado de Fazenda que retirou a possibilidade de distribuição de processos por profissionais da advocacia. Em reunião o presidente da CETDC, Darius Canavarros; o

secretário-geral, Pedro Paulo Peixoto Junior; e a presidente da Comissão de Sociedades de Advogados, Yaná Gomes; se reuniram com secretários adjuntos e servidores da Sefaz/MT para tratar da questão. Estavam presentes os secretários adjuntos da Receita Pública (Sarp), comandada agora por Adilson Rubio, e de Atendimento ao Contribuinte (Saac), Carlos

Daniel Barão; o gerente de Serviços Mediáticos e Informatização da Sefaz, Wagner Rodrigues.

No ofício protocolizado, os advogados ressaltaram que foi disponibilizada uma nova versão do e-Process no portal da Secretaria e observaram que não poderiam mais distribuir os processos de revisão de lançamento para defesa por meio do certificado digital já

que a opção “outras pessoas físicas ou jurídicas” fora retirada impedindo o acesso. “Com a nova versão (4.2.) do sistema, os instrumentos constitutivos de créditos tributários só poderão ser enviados pelos interessados ou por contabilistas cadastrados no sistema”, informaram.

Os representantes da OABMT ressaltaram que os contribuintes em geral

não têm conhecimento necessário para lidar com o sistema de processos da Sefaz/MT mesmo que em âmbito administrativo e, por isso, a eles devem ser assegurados o contraditório e a ampla defesa, “com os meios e recursos a ela inerentes”, conforme o inciso LV do artigo 5º da Constituição Federal. “O advogado munido de procuração atua como representante do con-

tribuinte, não podendo, portanto, o sistema bloquear o acesso através do seu certificado digital devidamente cadastrado junto à Sefaz/MT, sob pena de violação de princípios constitucionais, estatuto da advocacia e o próprio regulamento RICMS/MT”, relataram. Os secretários e servidores presentes destacaram que o equívoco seria corrigido imediatamente.

Inscrições para 3ª Corrida da advocacia começam dia 1º de junho



apresentam:

CORRIDA DA ADVOCACIA

30/agosto

Inscrições:
01/06 a 10/07

As inscrições para a 3ª Corrida da Advocacia começam dia 1ª de junho e serão feitas somente via internet, no site da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT). Profissionais da advocacia e público em geral (maiores de 18 anos de idade) têm até o dia 10 de julho para se inscreverem.

A prova será dia 30 de agosto, com largada e chegada ao Estacionamento dos Advogados, em Cuiabá. Ao todo, serão percorridos sete quilômetros.

Advogados, advogadas, estagiários e estagiárias inscritos na OAB pagam R\$ 40 na taxa de inscrição; para público geral (masculino e feminino), a taxa de inscrição será de R\$ 60. Pessoas Com Deficiência (PCD) são isentas do pagamento referente à inscrição.

Os três melhores colocados na categoria Advogados(as)/Estagiários(as), masculino e feminino, receberão vales-compra da Adidas nos valores de R\$ 1.500, R\$ 1.000 e R\$ 500 para os primeiros, segundos e terceiros colocados, respectivamente.

Para a categoria Público Geral, masculino e feminino, a premiação será em dinheiro. Os primeiros colocados receberão R\$ 1.000; os segundos, R\$ 600; e os terceiros melhores tempos R\$ 400. Ao primeiro colocado na categoria PCD, masculino e feminino, será entregue a quantia de R\$ 1.000. Todos os inscritos que cruzarem a linha de chegada receberão medalhas de participação.

Informações: CAA/MT (65 3644-1006 ou 3644-1374)



Estacionamento dos advogados oferece transporte gratuito

Além de ser um espaço moderno e seguro, o Estacionamento dos Advogados apresenta um diferencial: transporte gratuito. Desde a sua inauguração, em novembro de 2013, o serviço é disponibilizado aos profissionais da advocacia que estacionam seus veículos no local e necessitam ir ao Fórum Cível e Criminal de Cuiabá. O estacionamento é administrado pela Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT).

“Desde que o estacionamento foi inaugurado, eu nem perco mais tempo procurando vagas em frente ao fórum. Já venho para cá direto e utilizo o serviço de transporte que é bastante eficiente. Além disso, sei que meu carro estará em um local seguro”, afirma o advogado Jacy Nilso Zanetti.

O presidente da CAA/MT, Leonardo Pio da Silva Campos, explica que há um veículo tipo van para atendimento exclusivo à demanda do estacionamento. A van realiza o trajeto estacionamento – fórum – estacionamento a todo instante.

SERVIÇO: O Estacionamento dos Advogados está localizado próximo ao fórum da capital. O transporte é realizado, gratuitamente, de segunda a sexta-feira, das 12h às 19h. Informações: (65) 3644-3040.

Profissional da advocacia, confira os novos convênios celebrados pela CAA/MT:

BARRA DO BUGRES

Casa do Pescador (65 - 3361-1127)
Connect Informática (65 - 3361-1631)
Espaço de beleza Ana Mattos (65 - 9906-8500)
Loja Sonho de Criança (65 - 3361-2466)
Pise Bem Calçados (65 - 3361-2466)
Salão Paulo Costa (65 - 3361-1791)
Sansão Materiais de Construção (65 - 3361-1363)

COMODORO

Papelaria Luma (65 - 3283-1400)

CUIABÁ

Acqua Less Limpeza Automotiva (65 - 8135-8422)
Anahí Moda Feminina e Infantil (65 - 3028-7223)
BC Cuiabá I Empreendimento Imobiliário (www.brasilbeach.com.br)
Capodarte Cuiabá (65 - 3623-2521)
Centro de Excelência Diagnóstica (65 - 2136-7721)
CM Studio Cláudia Mello (65 - 8435-6999)
Dreams Operadora de Viagens e Turismo (65 - 3055-6301)
Etour Turismo & Viagens de Negócios (65- 3359-0896)
FH Treinamento, Consultoria e Assessoria Empresarial em Segurança (65 - 3626-3754)
Ingá Negócios Escritórios Virtuais e Compartilhados (65 - 3634-3777)
Lolita Moda e Estilo (65- 3028-6078)
Mr. Kitsch Goiabeiras (65-3626-2404)
Psicologia Márcia Maria Guimarães Yonehara (65 - 9923-3033)
Restaurante e Peixaria Ricardo's Grill (65 - 3637-0087)

Restaurante Varadero (65 - 3027-5001)
Soneca Comércio de Colchões Ortobom (65 - 9637-5733)
Tânia Brígida Ferreira - Fonoaudióloga (65 - 9962-6556)
UMA - Medicina e Segurança do Trabalho (65 - 3623-1799)
RONDONÓPOLIS
Comfort Hotel & Suítes (66- 3539-5400)

SINOP

Booz Agência de Eventos e Turismo (66- 3532 - 2320)
Coca Cola Jeans (66- 3531-1112)
Farmácia Alquimia (66- 3531-2250)
Kings Lava a Jato (kings_lavajato@hotmail.com)
Laboratório Exame (66 - 3532-6264)
Mídia Confecções (66 - 3511-8400)
Morana Acessórios (sinop@morana.com.br)
Mr. Kitsh Sinop (66- 3532-3722)
Podologia Lígia Josiane Cândido (ligia_josiane@hotmail.com)
Villa Pitanga Moda Masculina e Feminina (66 - 3515-0234)
Super Websites (66- 3531-4242 / 9956-6011)
Wasabi Sushi Bar (wasabisinop@gmail.com)

TANGARÁ DA SERRA

Lavanderia 5àsec (65 - 3326-5850)

VÁRZEA GRANDE

Express Rent a Car (65 - 3682-7398)
Guará Soluções Empresariais (65- 9280-2304)

Veja quais convênios foram extintos:

Depilrica (Sinop), Hospital Vale do Araguaia (Água Boa), Podóloga Rossane Ribeiro da Silva (Cuiabá) e Ruben Demartini (Sinop).

A relação completa dos convênios em vigor está disponibilizada no site: www.caamt.com.br

INTERIOR

A CAA/MT realizou no dia 27 de março, no auditório da OAB/Sinop, palestra sobre gestão e organização de escritórios. O tema foi abordado pela advogada Ana Lúcia Ricarte e atraiu cerca de 80 pessoas. A OAB/Sinop e a ESA/MT foram parceiras.

O presidente da CAA/MT, Leonardo Pio da Silva Campos, participou de encontro com profissionais da advocacia em Diamantino, no dia 09 de abril, como parte do Projeto Circulação OAB 80 Anos. Na oportunidade, ele discorreu sobre os serviços e benefícios oferecidos pela Caixa de Assistência.

No último dia 08 de maio, a CAA/MT esteve representada pelo seu presidente na VI Semana Jurídica promovida pela Faculdade de Direito de Alta Floresta. Para uma plateia formada por acadêmicos de Direito e profissionais da advocacia, ele discorreu sobre o Novo Código Florestal.



Confraternização encerra comemorações ao mês da mulher



Boa música e buffet, exposição de empresas parceiras, sorteio de brindes e espaço kids. Assim foi o encerramento do projeto “Março Sempre Mulher” realizado pela Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT). Mais de 100 profissionais da advocacia compareceram, no dia 26 de março, ao Estacionamento dos Advogados para celebrar o mês da mulher.

“Uma homenagem digna para as mulheres”, resume a advogada Raimunda Nonata de Jesus Araújo Borges, a confraternização promovida pela CAA/MT. Opinião semelhante tem a advogada Joslaine Souza. Para ela, “tudo estava perfeito, maravilhoso”.

A satisfação em participar de um momento pensado, nos mínimos detalhes, para as mulheres, também é expressa pelas advogadas Paula Boaventura e Franciele de Azevedo Siqueira. Ambas são unânimes em afirmar que o evento agradou em todos os aspectos: estrutura, atração musical, atendimento da equipe organizadora e buffet.

A disponibilização de brinquedos para as crianças também foi bastante citada pelos convidados. O Espaço Kids agradou não apenas as crianças e as mães advogadas. “Está aprovada essa iniciativa da Caixa de

Assistência porque a gente pode trazer a família para participar e ainda propiciar aos nossos filhos momentos de socialização. Isso é muito importante”, declara o advogado Roberto Carlos Ribeiro Mourão. Além da esposa, ele esteve acompanhado pelos três filhos com idades entre quatro e oito anos.

O presidente da CAA/MT, Leonardo Pio da Silva Campos, afirma que o sucesso desse evento é um reflexo de todas as ações realizadas durante o mês de março. “A cada ano que passa, mais Subseções se organizam para que a data (Dia Internacional da Mulher) não passe em branco. Todos estão de parabéns pelos eventos realizados em suas cidades em prol de causa tão nobre”.

Estiveram presentes à confraternização da CAA/MT os diretores da entidade Helmut Flávio Preza Daltro, Leonardo de Mesquita Vergani, Ana Carolina Naves Dias Barchet, Herthon Gustavo Dias (diretor) e Mauren Lazaretti. Presidentes das Subseções da OAB/MT (Alta Floresta, Tangará da Serra, Várzea Grande, Campo Novo do Parecis, Pontes e Lacerda, Canarana, Nova Mutum, Juína e Primavera do Leste), conselheiros estaduais e presidente de comissões temáticas da OAB/MT também compareceram.

Eventos do Março Sempre Mulher alcançam mais de 300 profissionais da advocacia

As ações promovidas pela Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) durante o projeto “Março Sempre Mulher” atingiram mais de 300 profissionais da advocacia. Como forma de celebrar o Dia Internacional da Mulher, a entidade desenvolveu atividades de saúde preventiva e de qualificação profissional, encerrando

a programação com um happy hour dedicado às mulheres.

O presidente da CAA/MT, Leonardo Pio da Silva Campos, explica que o projeto “Março Sempre Mulher” é desenvolvido desde 2011 no Sistema OAB/MT com o objetivo de comemorar o 8 de março, celebrar as conquistas femininas e refletir sobre os avanços necessários.

“Nesta quinta edição do ‘Março Sempre Mulher’, atingimos um público maior de advogadas e estagiárias, especialmente, na ação itinerante de saúde em que percorremos os escritórios de advocacia, facilitando, assim, o acesso de nossas colegas aos serviços de aferição de pressão arterial e teste de glicemia. Foi, sem dúvida, mais uma ação de sucesso”, relata o presidente da CAA/MT.

Em parceria com o Hospital Santa Rosa e o Laboratório Carlos Chagas (ambas empresas conveniadas à CAA/MT), foram visitadas as advogadas e estagiárias que trabalham em escritórios nos edifícios Maruanã e Cuibá Work Center e nos escritórios Spadoni&Jaudy e Prado Castanha Scarinci.

Juntamente com a OAB/Sinop e ESA/MT, a CAA/MT realizou palestra

sobre gestão e organização de escritórios com a advogada e professora Ana Lúcia Ricarte. O evento lotou o auditório da Subseção da OAB de Sinop.

Lotado também estava o Estacionamento dos Advogados durante o happy hour preparado, especialmente, para as advogadas e estagiárias. Além de boa música e comida, as convidadas conheceram um pouco mais os produ-

tos e serviços de 15 empresas conveniadas durante exposição organizada no local. Um diferencial da confraternização foi a disponibilização de brinquedos para as crianças. “Criamos esse espaço kids para que as mulheres pudessem trazer seus filhos para aproveitarem esse momento tão especial de forma segura e divertida para todos”, completa Leonardo Pio da Silva Campos.

Caa/MT apoia atividades do “Março Sempre Mulher” nas Subseções da OAB/MT

Rondonópolis



Sinop



Paranatinga



Alta Floresta

Março foi um mês repleto de atividades alusivas ao projeto “Março Sempre Mulher” em todo o estado de Mato Grosso. Diversas Subseções da OAB/MT desenvolveram ações para celebrar o Dia Internacional da Mulher. Em várias delas, a organização dos eventos foi coordenada pelos representantes da Caixa de Assistência dos Advogados – os chamados Delegados e, em todas, contou com o apoio da entidade.

Além de confraternizações para as advogadas e estagiárias, as Subseções promoveram ações sociais e palestras com temas pertinentes ao universo feminino. Muitas Subseções contaram, também, com a parceria de órgãos do poder público e da iniciativa privada.

Caa/MT realiza ação de saúde itinerante

A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) promoveu, nos dias 24 e 25 de março, a primeira ação itinerante de saúde de 2015. Disponibilizando, gratuitamente, serviços de aferição de pressão arterial e testes de glicemia às advogadas e estagiárias, a equipe da entidade percorreu diversos escritórios de advocacia de Cuiabá. O evento, alusivo ao projeto “Março Sempre”, contou com o apoio do Hospital Santa Rosa e Laboratório Carlos Chagas.

O presidente da CAA/MT, Leonardo Pio da Silva Campos, explica que essas ações têm por objetivo disponibilizar ao profissional da advocacia serviços e benefícios que propiciem bem-estar e saúde. “Sabemos o quanto atribulado é o dia-a-dia dos advogados e advogadas, fazendo com que muitos deixem a saúde de lado. Cientes disso, para a maior comodidade dos colegas, nós levamos até os escritórios esses testes preventivos”.

A campanha itinerante de saúde percorreu escritórios de advocacia localizados nos edifícios Maruanã e Work Center e os escritórios Spadoni & Jaudy Advogados Associados e Prado, Castanha e Scarinci Advogados Associados. Ao todo, a ação itinerante beneficiou mais de 200 profissionais.

“Está aprovada essa iniciativa da Caixa de Assistência dos Advogados porque a nossa vida é muito corrida, não temos muito tempo para cuidar da saúde. Este ano, eu ainda não tinha feito esses exames. Achei muito legal essa ação”, comenta a advogada Camilla Balduino.

A advogada Cristiane de Almeida - que lidera uma equipe com seis profissionais - também demonstrou satisfação em receber a equipe da CAA/MT em seu escritório. Segundo ela, é por meio de ações como essa que os advogados se sentem prestigiados pela Ordem.

Os diretores da CAA/MT Ana Carolina Naves Dias Barchet (secretária-geral adjunta), Alberto da Cunha Macedo, Herthon Gustavo Dias, José Luiz Bojikian e Mauren Lazaretti participaram da ação.



ERRATA

Na última edição do Jornal da OABMT (nº 25), houve um equívoco na publicação das notícias da CAAMT. Assim, nesta edição de maio estão publicadas as matérias referentes às ações desenvolvidas nos meses de março e abril deste ano.

SUBSEÇÕES

Comissão e Conselho da Mulher são criados em Mirassol e Colíder

Dois subseções conquistaram novos espaços contra a violência doméstica, em prol das lutas por igualdade de gênero e pelo empoderamento da mulher. A Subseção de Mirassol D'Oeste criou a Comissão de Direito da Mulher. Já a Subseção de Colíder conquistou a criação e posse de duas integrantes no novo Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da

Mulher.

Em Mirassol D'Oeste tomaram posse na nova CDM, Mírian Cardoso como presidente; Elizângela Rodrigues da Silva, como vice-presidente; Rosemar Domingues dos Reis, secretária-geral; Adriele Bachega, subsecretária; além dos membros Suellen Barranco, Viviane Souza do Couto e Valéria Lima, que é secretária da OAB/Mirassol, in-

tegrante do OABMT Mulher. A vice-presidente da OABMT, Cláudia Aquino; a presidente da CDM da Seccional, Juliana Nogueira, e a secretária-geral da OAB de Várzea Grande e também membro da Comissão da Mulher, Alexandra Nogueira, estiveram presentes.

“Mais uma meta cumprida do Grupo Temático de Políticas Públicas do OABMT Mu-

lher. As políticas públicas da Secretaria Nacional de Políticas Públicas para Mulheres e do Conselho Estadual só chegam às cidades se existirem os Conselhos Municipais, daí a importância da criação desse colegiado, que possui outras finalidades importantes na defesa dos direitos das mulheres”, pontuou Cláudia Aquino. As representantes da OABMT e a con-

selheira estadual Maria Aparecida Leite foram homenageadas pelos serviços prestados para a Ordem e para a sociedade na luta pelos direitos das mulheres, além de mais 11 mulheres.

Novo Conselho em Colíder - O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher em Colíder, tendo como presidente e secretária as advogadas Márcia

Regina Polidório e Suellen Canova. Elas contaram que a criação do CMDMM na cidade foi resultado das atividades do Março Mulher na qual estavam engajadas. “Embora já estivesse em andamento, a definição fomos nós quem demos. E no dia 7 de abril será criada na Subseção de Colíder a nova Comissão de Direito da Mulher”, relataram.



Mais de 320 inscritos na II Jornada Jurídica da ESaMT e Univag

Questões práticas voltadas para a advocacia e outras áreas foram abordadas a mais de 320 acadêmicos de Direito do Centro Universitário de Várzea Grande (Univag) durante a II Jornada Jurídica realizada na OABMT pela Turma do 10º Semestre em parceria com a ESAMT e a CAAMT. O presidente da Escola, Bruno Castro, ressaltou a importância de um público em formação universitária participar de eventos como esse.

A secretária-geral da ESAMT, Fabiana Curi, e a juíza do trabalho Grazielle Cabral, falaram sobre "Improbidade administrativa" e "A advocacia na esfera trabalhista", respectivamente. O juiz federal Fábio Fiorenza abordou o tema "A postura do advogado frente ao julgador e a justiça" e a defensora pública Maria Clara Gonçalves Khalil, "Defensoria Pública: instituição essencial à função jurisdicional do Estado". O juiz estadual Antonio Veloso Peleja falou sobre "Mediação e conciliação e seus reflexos no novo CPC".



Especialista dá dicas de como cobrar honorários em advocacia previdenciária

Importantes orientações foram apontadas pelo advogado e professor de direito previdenciário

Rodrigo Telles durante o curso "Cobrança de Honorários Advocatórios no Direito Previdenciário", realizado no

auditório da (ESAMT) na última quinta-feira (23 de abril), em parceria com a OABMT e a Caixa de Assistência dos

Advogados (CAAMT). O palestrante destacou a importância do profissional da advocacia valorizar seu trabalho. "Conhecimento custa caro, leva tempo. Cobrar é necessário sob pena de concorrência desleal e é possível ganhar dinheiro nessa área".

Rodrigo Telles explicou que grande parte dos clientes previdenciários tem uma linguagem própria e o advogado não deve "dar aula de direito" a ele e sim buscar compreender o que ele pretende demandar na justiça. Muitos não têm condições de pagar honorários no início do processo e, por isso, é muito comum o advogado arcar com todas as despesas e só receber no final. "Grande parte dessas demandas quem



pagará os honorários será a União ao final. É importante que tudo seja bem especificado no contrato de honorários. O cliente não ter dinheiro é uma coisa, não cobrar é outra", observou.

O especialista orientou que seja inserido no contrato o valor do atendimento, das diligências, dos honorários e outros da forma mais detalhada possível e que, ao final da demanda, preste contas ao cliente com todos os itens. "O caminho é a especialização e

melhor propaganda é a 'boca a boca'. Ninguém escolhe médico, dentista pela lista telefônica e sim por indicação. Advogado também é uma relação de confiança. Dá pra montar escritório só de um benefício. Tive um aluno que montou escritórios em oito estados só para lidar com aposentadoria especial. O detalhe é que, nestes casos, os processos têm prioridade e o advogado pode ganhar com volume. Esses clientes, em sua maioria, são pessoas simples e honestas", observou.

Confira os cursos telepresenciais da ESAMT para maio

A Escola Superior de Advocacia (ESAMT) está com inscrições abertas para os cursos telepresenciais do mês de maio. Confira:

Direito de família: temas avançados
Data: 18, 19, 20 e 21/5/2015
Horário: 18h às 20h

Programa: a) Separação, divórcio e guarda de filhos; b) Direito de Família e psicanálise; c) Responsabilidade civil no Direito de Família; d) União estável: ques-

tões patrimoniais.

Recuperação de empresas

Data: 19 e 20/5/2015

Horário: 9h às 11h

Programa: "Recuperação judicial: requisitos gerais, plano, processamento e procedimento. Órgãos da recuperação: assembleia e comitê de credores e administrador judicial" e "Recuperação para microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), e recuperação

extrajudicial: requisitos específicos da recuperação especial da ME e da EPP, processamento e procedimento da recuperação extrajudicial".

Prática forense previdenciária: via administrativa

Data: 25, 26 e 27/5/2015

Horário: 18h às 20h

Programa: "Análise da IN INSS nº 77 em comparação com a IN INSS nº 45"; "Aumento do número de dispositivos;

Inovações; O pedido de reconsideração e prorrogação; Pedidos de revisão administrativa"; "Processos de concessão: documentos e provas; Espécies de documentos; Tempo de atividade; Recolhimentos; Sistemas; Acertos de cadastro; Montagem dos processos; Protocolo, acompanhamentos, prazos e reclamações; Aposentadoria por tempo de contribuição, benefício por incapacidade e aposentadoria especial" e "A justificativa administrativa; Recursos JRPS e CRPS".

JURISPRUDÊNCIA

rEs em causas de juizados especiais são exceções

O Plenário do Supremo Tribunal Federal definiu que os recursos extraordinários contra decisões de juizados especiais cíveis estaduais só devem ser admitidos em situações extremamente excepcionais, nas quais o requisito da repercussão geral estiver justificado com indicação detalhada das circunstâncias concretas e dos dados objetivos que evidenciem a relevância econômica, política, social ou jurídica da maté-

ria. O entendimento foi firmado no exame de três recursos extraordinários com agravo (AREs) da relatoria do ministro Teori Zavascki, relativos a controvérsias que envolvem responsabilidade pelo inadimplemento de obrigação em contrato privado (ARE 835833), revisão contratual (ARE 837318) e indenização decorrente de acidente de trânsito (ARE 836819), que tiveram repercussão geral negada pelo STF.

O ARE 835833 teve início como ação de co-

brança ajuizada por um produtor rural de Cruz Alta (RS) contra uma indústria de laticínios e uma empresa agropecuária, pelo não pagamento da venda de 5.310 litros de leite, no valor de R\$ 3.397. O leite era vendido à indústria, e esta o revendia à agropecuária. O recurso ao STF foi apresentado pela agropecuária, que alegava não fazer parte do negócio firmado entre o produtor e a indústria de laticínios. Os ministros entenderam que não havia matéria

constitucional a ser debatida nem repercussão geral no caso.

O ministro Teori Zavascki, destacou que a Lei 9.099/1995, que instituiu o Juizado Especial Cível nos estados e Distrito Federal, define sua competência com base em dois critérios: o valor da causa e a matéria jurídica. Estão fora causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e ainda as relativas a acidente de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade de

peçoas. O ministro observa que, apesar do elevado número de recursos extraordinários provenientes de causas julgadas segundo a Lei 9.099/1995, a repercussão geral foi reconhecida, até 2014, em apenas nove casos, que dizem respeito a expurgos inflacionários, competência legislativa sobre relação de consumo, responsabilidade civil de provedor de conteúdo na internet e aspectos processuais relativos ao funcionamento dos juizados.

Caso o presidente de

turma recursal, a quem cabe a admissão do recurso extraordinário interposto nos JECs, verificar a inexistência de matéria constitucional ou fundamentação insuficiente e genérica sobre a relevância e transcendência da questão, deve desde logo inadmitir o recurso – decisão que, em função da sistemática da repercussão geral, não pode ser objeto de impugnação no Supremo, mas somente por meio de agravo interno no âmbito da própria turma recursal.

Divulgação



STF reconhece duas repercussões gerais

Precatórios - O Supremo Tribunal Federal reconheceu repercussão geral de um recurso relativo à incidência de juros e correção monetária em precatórios cujo tema foi abordado no RE 870947, de relatoria do ministro Luiz Fux. Segundo o relator, acompanhado por maioria no Plenário Virtual, é oportuna a reiteration das razões que orientaram o julgamento sobre a Emenda Constitucional (EC) 62/2009, relativa aos precatórios, realizado nas ADIs 4357 e 4425. O caso servirá para esclarecer duas "sutilezas" pendentes de pronunciamento.

A primeira é relativa à declaração de inconstitucionalidade por arrastamento do art. 1-F da Lei 9.494/1997, com redação da Lei 11.960/2009, onde nas condenações impostas à Fazenda Pública, os índices relativos à correção monetária, juros remuneratórios e de mora são os índices de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança. A previsão foi considerada inconstitucional por vulnerar o princípio da isonomia, já que o Código Tributário Nacional prevê juros de mora de 1% ao mês para a dívida do contribuinte com o fisco. Quanto

aos juros moratórios incidentes sobre condenações oriundas de relação jurídica não-tributária, a decisão prevê que sejam observados os critérios fixados pela legislação infraconstitucional, "notadamente os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança".

O acórdão recorrido do TRF-5 e relativo à disputa entre o INSS e um beneficiário, ampliou o alcance da decisão proferida pelo STF, afastando a aplicação da legislação infraconstitucional para relações de natureza não tributária, tendo por base o julgamento das ADIs sobre precatórios. Outro aspecto pendente é incidência da correção monetária das condenações impostas à Fazenda Pública na fase anterior à expedição do precatório. Segundo o ministro Luiz Fux, o STF se manifestou apenas quanto às regras para a atualização dos valores de precatórios, faltando se pronunciar quanto às regras de correção monetária na fase anterior, relativa às condenações.

Usucapião de imóvel urbano - Por maioria de votos, o Plenário do STF deu provimento ao RE 422349 para reconhecer o direito à usucapião

especial urbana, independente da limitação de área mínima para registro de imóveis imposta por lei municipal, uma vez preenchidos os requisitos do artigo 183 da Constituição Federal.

A ação de usucapião especial de imóvel urbano foi proposta perante a Justiça estadual no Município de Caxias do Sul (RS). Na sentença, confirmada em segunda instância, o pedido foi negado porque a legislação municipal não permite o registro de imóveis inferior a 360m². No STF, o recurso foi provido para conceder a usucapião com novo registro de propriedade do imóvel com 225m², desconsiderando a restrição municipal.

O Plenário entendeu que a legislação municipal não pode ser impeditivo para a aplicação do artigo 183 da Constituição Federal, que dispõe: "aquele que possui como sua área urbana de até 250 metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural". A repercussão geral foi reconhecida diante de divergências entre os ministros.

Senado aprova regulamentação de direitos dos domésticos

O Senado aprovou em maio o projeto que regulamentará direitos dos trabalhadores domésticos - PLS 224/13, que seguiu para sanção. O texto aprovado admite dedução de despesas com empregados domésticos no IR. Em relação ao valor da contribuição do empregador para o INSS, a Câmara havia previsto 12%, mas o Senado retomou para 8% para compensar a cobrança de 0,8% para seguro contra acidente e 3,2% para a rescisão contratual que devem ir para um fundo, em conta separada, destinado a cobrir a multa de 40% no caso de demissão sem justa causa. Confira os principais pontos aprovados:

Definição e contrato

O emprego doméstico é caracterizado quando trabalha acima de dois dias na semana em uma mesma residência. Empregador e empregado firmarão contrato de trabalho que poderá ser rescindido a qualquer tempo, por ambas as partes, desde que pago o aviso-prévio na forma que prevê a CLT. O contrato de experiência poderá ter prazo inferior a 45 dias. É proibida a contratação de menor de 18 anos para trabalho doméstico.

Jornada de trabalho

A jornada de trabalho é de oito horas diárias e 44 horas semanais, mas o empregador poderá optar pelo regime de 12 horas de trabalho seguidas por 36 de descanso. O intervalo para almoço vai de uma a duas horas, mas poderá ser reduzido para 30 minutos por acordo escrito.

Banco de horas

O trabalho que exceder a 44 horas semanais será compensado com horas extras ou folgas, mas as 40 primeiras horas extras terão que ser remuneradas. As horas extras deverão ser compensadas no prazo máximo de um ano.

FGTS e INSS

Ao todo, o empregador pagará mensalmente 20% de alíquota incidente no salário pago (8% FGTS + 8% INSS + 0,8% seguro contra acidente + 3,2% relativos à rescisão contratual).

Multa em caso de demissão

A multa de 40% nas demissões será custeada por alíquota mensal de 3,2% do salário, recolhida pelo empregador em um fundo separado ao do FGTS. Essa multa poderá ser sacada quando o empregado for demitido, mas nas demissões

por justa causa, licença, morte ou aposentadoria, o valor será revertido para o empregador.

Super Simples Doméstico

Será criado no prazo de 120 dias após a sanção da lei. Por meio do Super Simples, todas as contribuições serão pagas em um único boleto bancário, a ser retirado pela internet. O Ministério do Trabalho publicará portaria sistematizando seu pagamento.

Viagem

As horas excedidas pelo empregado durante viagens com a família do empregador poderão ser compensadas após o término da viagem. A remuneração será acrescida em 25%, e o empregador não poderá descontar dela despesas com alimentação, transporte e hospedagem.

Férias e benefícios

Os 30 dias de férias poderão ser divididos em dois períodos em um ano, sendo que um dos períodos deverá ser de no mínimo 14 dias. O seguro desemprego poderá ser pago no máximo três meses. A licença-maternidade será de 120 dias.

O auxílio transporte poderá ser pago por meio de "vale" ou em espécie.

O aviso-prévio será pago proporcionalmente ao tempo trabalhado.

O trabalhador terá direito ao salário-família, valor pago para cada filho até a idade de 14 anos e para os inválidos de qualquer idade. Segundo a legislação do salário família, o empregador deve pagar diretamente ao empregado e descontar de sua parte da contribuição social todo mês.

Acerto com a Previdência

Será criado o Programa de Recuperação Previdenciária dos Empregados Domésticos (REDOM), pelo qual poderá haver o parcelamento dos débitos com o INSS vencidos em 30/04/2013. O parcelamento terá redução de 100% das multas e dos encargos advocatícios; e de 60% dos juros. Os débitos incluídos no Redom poderão ser parcelados em até 120 dias, com prestação mínima de R\$ 100; e o parcelamento deverá ser requerido pelo empregador no prazo máximo de 120 dias contados a partir da sanção da lei. O não pagamento de três parcelas implicará em rescisão imediata do parcelamento.

(Fonte: Migalhas)

JURISNOTÍCIA

Ônus do direito de arrependimento - Em caso de desistência da compra, quem arca com a despesa de entrega e devolução do produto? A 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça decidiu que o ônus é do comerciante. "Eventuais prejuízos enfrentados pelo fornecedor nesse tipo de contratação são inerentes à modalidade de venda agressiva fora do estabelecimento comercial", diz a ementa do REsp 1.340.604. O relator do caso, ministro Mauro Campbell Marques, afirmou no voto que "aceitar o contrário é criar limitação ao direito de arrependimento, legalmente não previsto, além de desestimular tal tipo de comércio, tão comum nos dias atuais".

O consumidor pode exercer o direito de arrependimento ao contratar um empréstimo bancário fora das instalações do banco. A decisão é da 3ª Turma no julgamento de recurso especial referente a ação de busca e apreensão ajuizada por uma instituição financeira. A relatora, ministra Nancy Andrighi, destacou que a Segunda Seção do STJ tem consolidado o entendimento de que o CDC se aplica às instituições financeiras, conforme estabelece a Súmula 297 do tribunal. (REsp 930.351).

Namoro x união estável - O fato de namorados projetarem constituir família no futuro não caracteriza união estável, ainda que haja coabitação. Isso porque essas circunstâncias não bastam à verificação da affectio maritalis. Com este entendimento, a 3ª turma do STJ, seguindo o relator, o ministro Marco Aurélio Bellizze, deu provimento ao recurso de um homem que sustentava ter sido namorado e não união estável, o período de mais de dois anos de relacionamento que antecedeu o casamento entre ele e a ex-mulher. Ela reivindicava a metade de apartamento adquirido pelo então namorado antes de se casarem.

Depois de perder em 1ª instância, o ex-marido interpôs apelação, que foi acolhida

por maioria no TJRJ. A ex-mulher intentou embargos infringentes e obteve direito a um terço do apartamento, em vez da metade, como queria. Inconformado, ele recorreu ao STJ. "O propósito de constituir família, alçado pela lei de regência como requisito essencial à constituição da união estável - a distinguir, inclusive, esta entidade familiar do denominado 'namorado qualificado' -, não consubstancia mera proclamação, para o futuro, da intenção de constituir uma família. É mais abrangente. Esta deve se afigurar presente durante toda a convivência, a partir do efetivo compartilhamento de vidas, com irretrivável apoio moral e material entre os companheiros. É dizer: a família deve, de fato, restar constituída", ressaltou o ministro. (REsp 1.454.643)

Acidente em estabilidade - A 2ª Turma do TST condenou uma empresa de Curitiba (PR), a pagar os salários relativos ao período de estabilidade a um operador de máquinas que sofreu acidente durante experiência e foi demitido na licença previdenciária. A decisão segue a jurisprudência do TST, que reconhece o direito à estabilidade a empregados contratados por prazo determinado. O operador pediu a reintegração ou o pagamento de indenização referente aos salários e parcelas da estabilidade e tanto o juízo de primeiro grau como o TRT 9ª Região (PR) julgaram improcedente, pelo fato de o acidente ter ocorrido durante o contrato de experiência.

A decisão foi reformada no TST pelo relator, ministro Renato de Lacerda Paiva, que ressalvou seu entendimento no sentido de que o benefício previdenciário não transforma o contrato a termo em contrato por prazo indeterminado. No entanto, seguiu a jurisprudência do Tribunal consolidada na Súmula 378, item III. (Processo: RR-1516-04.2011.5.09.0872)

Estabilidade à gestante - A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho negou provimento a recurso de empresa que pretendia se isentar da responsabilidade subsidiária pela condenação ao pagamento de indenização substitutiva a uma trabalhadora terceirizada que foi dispensada sem justa causa durante a gravidez. A Turma reconheceu o direito dela à garantia provisória no emprego decorrente de gravidez, apesar de seu filho ter nascido morto.

O ministro relator José Roberto Freire Pimenta explicou que a Súmula 244, item I do TST entende que o fato de o empregador não ter conhecimento da gravidez não afasta o direito à indenização decorrente da estabilidade provisória. Segundo ele, a condição essencial é que a concepção tenha ocorrido no curso do contrato de trabalho. Processo: RR-106300-93.2005.5.04.0027

Promessa de empresa - A 4ª turma do TST excluiu de condenação a obrigação imposta a uma empresa de segurança de enviar pedido de desculpas por não ter cumprido promessa de emprego feita a um vigilante. A turma, porém, não conheceu do recurso da empresa quanto à indenização no valor de R\$ 10 mil, por entender que a sua conduta foi abusiva: o vigilante chegou a ter sua carteira de trabalho anotada com data futura, mas a contratação foi cancelada com um carimbo.

O ministro relator João Oreste Dalazen afirmou que "não se cuida da hipótese em que o empregado apenas se sujeita a um processo de seleção e que, posteriormente, é interrompido, mas, sim, de tratativas que ultrapassaram a mera expectativa de emprego." (Processo: 15600-24.2009.5.15.0060)

Prescrição em aposentadoria - O prazo de dois anos para reivindicar verbas trabalhistas na Justiça não se aplica a quem pede conversão de aposentadoria perante o INSS, conforme 1ª Turma do TST que afastou prescrição bienal em ação de um trabalhador que pretendia o restabelecimento do plano de saúde depois que sua aposentadoria por tempo de serviço foi convertida pelo INSS em aposentadoria por invalidez. O empregado foi contratado pela companhia de águas em janeiro de 1984, afastou-se por motivo de saúde de 2004 a 2006, quando se aposentou por tempo de serviço e teve o contrato de trabalho rescindido, com a suspensão do plano de saúde. Em 2010, o INSS converteu o benefício em aposentadoria por invalidez, com efeitos retroativos a partir de 2004. Ele entrou na Justiça do Trabalho para ter restabelecido o direito ao plano de saúde e ressarcidos seus gastos com tratamentos a partir de 2006.

O ministro relator Hugo Scheuermann, explicou que, diante do deferimento pelo INSS da aposentadoria por invalidez com efeitos retroativos a partir de 2004, seria "inviável falar em extinção do contrato de trabalho". A Turma determinou o retorno do processo ao TRT 12ª Região (SC) para prosseguir no julgamento da ação. (Processo 1360-05.2011.5.12.0008)

Penhora de imóvel doado - Imóvel doado antes do ajuizamento da ação trabalhista, mesmo que não tenha sido registrado, não vai à penhora. Foi o que decidiu a 1ª Turma do TRT3ª Região (MG) ao confirmar sentença que julgou procedente embargos apresentados pelos filhos do empregador para constar a restrição ao bem, recebido em doação. O juiz liberou a penhora do imóvel doado aos filhos dos executados quando da separação judicial de seus pais. A doação ocorreu nove anos antes da ação trabalhista. (Processo 0001886-71.2013.5.03.0098.)



Diretoria divulga relatórios de receitas e despesas de 2015

A diretoria da OAB/MT disponibiliza informações de receitas e despesas consolidadas utilizando o último relatório. Os referidos documentos também estão disponíveis no link "Prestação de Contas", no site da Seccional de forma a dar maior transparência aos atos da atual gestão, cujas contas têm sido regularmente aprovadas sem ressalvas pelo Conselho Federal da OAB.

As tabelas abaixo se referem à "Receita mensal do Exercício por Conta" e ao "Relatório de gastos mensais por conta de despesa" do período de 1º de janeiro a 30 de abril de 2015. Confira.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL MT - OAB / MT

CNPJ: 03.539.731/0001-06 - Sipro - v. 2.0.94.00

15/05/2015 08:59:46

Página: 1

Período: 01/01/2015 a 30/04/2015

Receita Mensal do Exercício por Conta em 2015

Conta	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	688.638,07	2.787.333,90	1.143.128,26	554.042,08	5.173.142,31
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	643.827,57	2.705.534,44	838.764,44	477.816,15	4.665.942,60
CONTRIBUIÇÕES OBRIGATORIAS	643.827,57	2.705.534,44	838.764,44	477.816,15	4.665.942,60
ANUIDADES DO EXERCÍCIO	356.554,24	2.432.870,92	543.704,52	323.628,43	3.656.758,11
INTEGRAL	321.785,55	2.194.428,83	185.055,56	39.434,49	2.740.704,43
PARCELADO	34.768,69	238.577,00	358.163,96	285.511,94	918.111,68
(-) DEVOLOÇÃO ANUIDADES EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	-185,00	-415,00	-2.118,00	-2.718,00
ANUIDADES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	281.595,96	263.368,40	261.408,32	139.224,89	945.597,57
INTEGRAL	128.475,77	95.862,87	122.035,21	55.380,77	401.854,62
PARCELADO	153.120,19	167.505,53	139.373,11	83.844,12	542.843,95
(-) DEVOLOÇÃO ANUIDADES EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	-534,20	-622,00	-349,50	-1.505,70
ANUIDADE ESTAGIÁRIO - DO EXERCÍCIO	4.951,22	7.355,23	31.460,00	13.641,02	57.407,47
INTEGRAL	3.722,10	5.609,83	19.792,88	7.408,03	36.532,74
PARCELADO	1.229,12	1.665,40	11.667,12	6.142,89	20.744,53
ANUIDADE ESTAGIÁRIO - EXERCÍCIOS ANTERIORES	716,15	1.939,89	2.191,80	1.321,01	6.168,85
INTEGRAL	508,03	1.252,07	1.227,43	581,42	3.619,85
PARCELADO	207,22	687,82	1.014,17	739,59	2.648,80
(-) DEVOLOÇÃO ANUIDADE ESTAGIÁRIO EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	0,00	-106,00	0,00	-106,00
RECEITAS SOBRE INFRAÇÕES DO EXERCÍCIO	4.222,33	3.814,79	2.587,16	4.871,04	15.295,32
MULTAS DE INFRAÇÃO	1.131,35	0,00	0,00	3.191,19	4.322,54
MULTAS DE ELEIÇÕES	3.090,98	3.814,79	2.587,16	1.679,85	10.972,78
RECEITAS DE SERVIÇOS	27.789,97	53.567,06	275.806,67	53.932,53	410.196,23
CUSTAS E EMPLACEMENTOS	27.789,97	53.567,06	275.806,67	53.932,53	410.196,23
REGISTRO DE SOCIEDADE	4.912,39	3.905,00	5.280,00	2.915,00	17.012,39
ALTERAÇÃO DE REGISTRO DE SOCIEDADE	1.900,00	320,00	1.455,00	860,00	5.135,00
EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO	1.796,95	1.627,07	3.193,83	1.786,51	8.404,36
TAXA DE INSCRIÇÃO DE ADVOGADO	10.587,70	11.518,37	51.628,78	13.516,31	106.651,16
TAXA DE INSCRIÇÃO DE ESTAGIÁRIO	1.502,57	2.206,06	9.655,72	2.856,38	17.310,73
EXAME DE ORDEM	0,00	0,00	190.427,05	19.777,05	200.204,10
AVERBAÇÃO DE ADVOGADO	90,00	90,97	112,68	75,00	368,65
EXPEDIÇÃO DE CARTERA DE ADVOGADO	3.886,01	9.808,04	18.534,03	4.781,60	35.009,68
EXPEDIÇÃO DE CARTÃO DE ESTAGIÁRIO	864,91	1.425,06	5.044,21	2.342,50	9.676,68
EXPEDIÇÃO 2ª VIA DE CARTERA	999,21	901,14	1.225,00	1.015,48	4.230,83
INSCRIÇÃO SUPLEMENTAR	750,00	500,00	875,00	1.375,00	3.500,00
TAXA DE EXPEDIENTE	1.430,27	1.004,35	1.005,36	1.126,70	4.566,68
(-) DEV TAXA DE INSC ADVOGADO	0,00	0,00	0,00	-110,00	-110,00
(-) DEV EXPEDIÇÃO CARTERA ADVOGADO	0,00	-25,00	-760,00	95,00	-980,00
RECEITAS DIVERSAS	4.592,97	17.405,24	18.609,63	18.522,36	58.729,20
OUTRAS RECEITAS DIVERSAS	4.592,97	17.405,24	18.609,63	18.522,36	58.729,20
INSCRIÇÕES ESAMT	4.400,78	17.005,59	18.108,33	17.813,05	57.407,75
FOTOCOPIAS	182,19	399,65	481,30	709,31	1.772,45
RECEITAS PATRIMONIAIS	8.215,23	8.932,37	7.900,36	0,00	23.047,96
RECETA SOBRE OPERAÇÃO FINANCEIRA	7.040,23	6.197,37	7.900,36	0,00	21.137,96
ALUGUEL	1.175,00	735,00	0,00	0,00	1.910,00
Total Geral	688.638,07	2.787.333,90	1.143.128,26	554.042,08	5.173.142,31

Curitiba - MT, 30 de abril de 2015.

MAURICIO AUDE

Presidente

Cleverson de Figueiredo Pintel

Tesoureiro

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL MT - OAB / MT

CNPJ: 03.539.731/0001-06 - Sipro - v. 2.0.94.00

Relatório de gastos mensais por conta de despesa

Conta	Nome	Janeiro/2015	Fevereiro/2015	Março/2015	Abril/2015	Total
3.1.03.00	DESPESAS	807.506,00	1.142.971,62	897.985,12	822.301,26	4.168.764,00
3.1.03.00	DESPESAS CORRENTES	807.506,00	1.142.971,62	897.985,12	822.301,26	4.168.764,00
3.1.01.00	DESPESAS DE CUSTEIO	598.301,49	952.680,86	686.674,74	643.391,36	2.821.048,45
3.1.01.01	PESSOAL	299.509,54	270.554,02	271.408,07	276.862,44	1.118.333,07
3.1.01.01.01	SALÁRIOS	104.596,54	151.786,22	155.228,52	156.384,98	567.996,26
3.1.01.01.02	HORAS EXTRAS	1.215,65	3.453,25	4.298,06	4.373,73	13.340,69
3.1.01.01.03	ADICIONAL NOTURNO	421,40	594,96	0,00	676,70	2.293,06
3.1.01.01.05	GRATIFICAÇÃO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO	3.070,04	5.993,08	6.123,01	6.342,65	22.428,88
3.1.01.01.06	13º SALÁRIO	202,32	598,14	0,00	0,00	800,46
3.1.01.01.07	FÉRIAS	47.860,75	5.533,16	4.790,61	9.841,69	68.026,21
3.1.01.01.08	1/3 ADICIONAL CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS	21.073,96	1.551,07	865,25	823,28	24.113,53
3.1.01.01.08	ABONO PECUNIÁRIO DE FÉRIAS	15.361,47	1.020,07	273,34	0,00	16.654,88
3.1.01.01.10	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	4.871,12	4.801,37	2.697,66	8.121,05	20.491,20
3.1.01.01.12	VAJE TRANSPORTE	1.341,84	1.993,21	1.300,50	1.142,65	5.778,20
3.1.01.01.13	ALUGUEL ALIMENTAÇÃO	25.548,49	28.756,18	28.846,05	27.010,60	109.951,32
3.1.01.01.14	PLANO DE SAÚDE	7.932,89	7.901,55	7.075,76	8.206,84	31.717,04
3.1.01.01.15	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	233,79	750,71	1.024,55	1.144,46	3.153,51
3.1.01.01.17	GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO	3.696,70	4.991,52	5.544,08	5.476,56	19.708,86
3.1.01.01.18	DESPESA MÉDICO HOSPITALAR	60,00	270,00	0,00	60,00	390,00
3.1.01.01.19	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	60.795,37	52.819,43	53.632,36	53.991,24	247.238,44
3.1.01.01.19.01	INSS	38.298,49	37.094,11	38.290,21	38.263,24	152.946,05
3.1.01.01.19.01.01	EMPRESA	38.298,49	37.094,11	38.290,21	38.263,24	152.946,05
3.1.01.01.19.02	FGETS	20.735,20	14.229,26	13.633,54	13.942,67	62.540,67
3.1.01.01.19.03	PROFUSEP SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	1.343,88	1.496,86	1.194,15	1.188,28	6.223,17
3.1.01.01.21	FGETS - INSS	44,98	0,00	0,00	0,00	44,98
3.1.01.01.22	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE	280,41	290,06	290,06	290,08	1.150,61
3.1.01.02	MATERIAL DE CONSUMO	22.777,16	44.082,03	42.387,79	48.744,41	157.991,39
3.1.01.02.01	ÁGUA MINERAL	805,00	52,50	934,00	802,50	3.094,00
3.1.01.02.02	COMBUSTÍVEL E LUBRIFICANTE AUTOMOTIVOS	1.862,07	1.328,07	1.398,07	1.397,13	6.085,34
3.1.01.02.04	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	397,65	1.983,68	5.535,45	8.307,36	16.224,14
3.1.01.02.08	MATERIAL DE COPIA E COLAGEM	4.216,80	0,00	569,98	1.123,05	5.909,83
3.1.01.02.09	MATERIAL DE EXPEDIENTE	1.294,25	2.845,43	3.392,30	2.895,16	10.256,14
3.1.01.02.10	MATERIAL DE INFORMÁTICA	3.403,88	190,71	844,38	0,00	4.449,97
3.1.01.02.11	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	1.400,42	2.912,10	1.506,06	4.896,96	10.715,54
3.1.01.02.12	MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	0,00	47,95	39,50	0,00	87,45
3.1.01.02.17	MATERIAL FARMACOLÓGICO	28,37	0,00	0,00	0,00	28,37
3.1.01.02.18	MATERIAL PARA AUDIO-VIDEO E FOTO	5.499,87	0,00	987,53	532,41	6.919,81
3.1.01.02.20	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MOVEIS	12.667,83	35.834,70	28.418,11	35.710,56	110.631,20
3.1.01.02.22	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	710,00	0,00	0,00	174,58	884,58
3.1.01.02.24	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE APARELHOS	30,00	25,04	45,95	692,70	793,73
3.1.01.02.25	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	0,00	0,00	841,42	1.250,00	2.091,42
3.1.01.03	SERVIÇOS DE TERCEIROS	226.250,71	224.789,60	304.593,03	263.501,97	1.019.135,31
3.1.01.03.01	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FÍSICA	585,00	0,			

SUBSEÇÕES

oABVG premia alunos de escolas públicas em concurso de redação



A OAB de Várzea Grande realizou a premiação do Concurso de Redação do Março Sempre Mulher 2015 cujo tema foi “Mulher contemporânea: desafios e conquistas”. O concurso contou com estudantes do 3º ano do Ensino Médio das escolas pelas quais a Subseção proferiu palestras durante o mês de março. Na abertura, em homenagem às mulheres, houve apresentação da Orquestra de Flautas e Violino da Escola Estadual José Leite de Moraes, do bairro Cristo Rei.

O evento teve a participação da vice-presi-

dente da OABMT, Cláudia Aquino; da diretoria da OABVG nas pessoas da presidente Flávia Morretti, da secretária-geral Alexandra Nogueira, da secretária-geral adjunta Stella Zeferino, a tesoureira Ingrid Eickhoff; além das advogadas Tânia Matos, Lara Cristina Oliveira Lima, do Presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Paulo da Cunha, da presidente da Comissão do Direito da Mulher da OABMT, Juliana Moura Nogueira, do presidente da CAAMT, Leonardo Campos, e da juíza de direito Amini Haddad Campos.

Os alunos premiados foram:

1º lugar - Caroline Cardoso S. da Silva, do 3º ano da Esc. Est. Jaime Veríssimo de Campos Júnior.

2º lugar - Cleisla Cristina B. Brito, do 3º ano da Esc. Est. José Leite de Moraes.

3º lugar - Eder Pinheiro Marcossi, 3º ano da Esc. Est. Profª Adalgisa de Barros.

4º lugar - Lidiane Cardoso Portes, 3º ano da Esc. Est. Profª Maria Elizabeth Bastos Mineiro.



Maioridade penal é debatida com alunos de Diamantino

Em continuidade ao projeto “OABMT vai à Escola”, o advogado Felipe A. Stüker foi convidado para participar de um debate com duas turmas do 3º ano do ensino médio na Escola Estadual Dr. Manoel José Murinho, em Diamantino.

De acordo com o profissional, o tema versou sobre a PEC 171/1993, que trata da redução da maioria penal. “A ideia foi discutir os dois lados, pros

e contras para, posteriormente, os alunos trabalharem o poder de argumentação e debate, dividindo as turmas em dois grupos, um a favor da PEC e outro contra”, informou.

A advogada Angélica Maciel também contribuiu com os trabalhos de Felipe Stüker. A professora que promoveu a discussão foi a Ana Cristina Klava, com a ajuda da coordenadora Ana Paula de Souza Correa Prá.

Workshop

Muito prazer, Sr. Português. Mitos e Verdades no uso da nossa língua.

Professora Ana Helena Paroli

Graduada em Letras Português/Inglês – UFMT;
Pós-graduada em Gramática e interpretação de texto – UNIC;
Professora de Língua Portuguesa há 23 anos em Cuiabá;
Atualmente atua nas escolas Colégio Master e Colégio Neo Dna.



Cronograma do curso

Sexta-feira (noite) 22/05

- * Introdução ao pensamento morfo/sintático;
- * Verbos e pronomes;
- * Principais conectivos – oralidade e escrita (conjunções e pronomes relativos);
- * Ortografia e pontuação.

Sábado (manhã) 23/05

- * Erros mais frequentes no uso cotidiano da língua (mitos e verdades);
- * Concordância nominal e verbal;
- * Regência verbal e nominal.

informações: (65) 3026-4278 e-mail: oabvarzeagrande@gmail.com

Horários:
22 de maio (sexta) - 19h até 22h
23 de maio (sábado) - 9h até 12h
Investimento:
R\$ 200,00 - Público em geral
R\$ 150,00 - advogados e advogadas
R\$ 130,00 - estagiários e acadêmicos de direito

oAB Várzea Grande organiza workshop sobre língua portuguesa

A OAB de Várzea Grande realiza o Workshop “Muito prazer, sr. Português – Mitos e verdades no uso da nossa língua”, entre 22 e 23 de maio, na sede da subseção, com a professora de língua portuguesa Ana Helena Paroli. O evento tem apoio da OABMT, Escola Superior de Advocacia e Caixa de Assistência dos Advogados.

Os temas abordados são “Introdução ao pensamento morfo/sintático”; “Verbos e pronomes”; “Principais conectivos – oralidade e escrita (conjunções e pronomes relativos)”; “Ortografia e pontuação”; “Erros mais frequentes no uso cotidiano da língua (mitos e verdades)”; “Concordância nominal e verbal”; “Regência verbal e nominal”.



Curtas



“Cade: o direito de concorrência. Tudo que você queria saber, mas tinha medo de perguntar” foi tema de palestra do Cesa/MT em parceria com Comissão de Sociedades de Advogados da OABMT, ESAMT e CAAMT, com o doutor em direito financeiro-econômico, Leopoldo Pagotto. Presidiu os trabalhos o presidente do Centro de Estudos, José Antonio Alvares.

OABMT e Comissão de Direito Eletrônico requerem suspensão de prazos recursais em Juizados Especiais diante da dificuldade de emissão de guias de recurso nominado no site do TJMT. “O problema impede a geração de guias de recolhimentos do preparo de custas e taxas para recurso e o acesso à justiça”, apontou o presidente da Seccional, Maurício Aude.

Já está disponível no site do TRT/MT, o novo sistema de consulta aos acórdãos e sentenças. Para acessar, basta abrir a aba “Jurisprudência”, situada abaixo do cabeçalho da página e clicar na opção “Banco de Sentenças” ou “Pesquisa”.

Matheus Cunha, da Comissão de Fiscalização dos Gastos Públicos e Combate à Corrupção, ministra palestra sobre “Compliance e Suporte da Alta Administração no âmbito da Administração Pública” para secretários do Governo Estadual. O objetivo: coibir prática de ilícitos.



SUBSEÇÕES

Encontro da advocacia será realizado em Pontes e Lacerda em junho

A Subseção de Pontes e Lacerda promoverá nos dias 11 e 12 de junho o III Encontro da Advocacia do Vale do Guaporé e, conforme a presidente da subseção, Janete Garcia de Oliveira Valdez, o evento terá como um dos objetivos a prestação de contas aos advogados e advogadas dos trabalhos feitos pela Seccional

e OAB Pontes e Lacerda. O encontro ocorrerá na sede da Câmara de Vereadores e, de acordo com Janete Valdez, quatro turmas de direito também estão envolvidas. A expectativa é reunir 150 participantes, bem como está sendo estudada a viabilidade de haver sorteio de brindes como, por exemplo, livros e mochilas.



SUBSEÇÕES



advogada é nomeada presidente de Conselho da Mulher de nova Mutum

A presidente da Comissão de Direito da Mulher de Nova Mutum, Oliani Raspini, foi eleita para a presidência do Conselho Municipal de Direitos da Mulher. A ação foi fruto do OABMT Mulher realizado na cidade quando da circulação do projeto OABMT 80 anos. “Tenho a certeza de que isso somente ocorreu porque há um olhar diferenciado para o interior pela OABMT. Ou seja, uma valorização que começou pela Seccional através das circulações”.

Oliani Raspini explicou que o município

está confiando na participação das mulheres da organização civil e governamental de Nova Mutum para atender as necessidades da região. A primeira ação agendada foi um encontro para tratar de curso para gestantes e valorização dos seus direitos.

A vice-presidente da Seccional e coordenadora do Comitê Gestor do projeto, Cláudia Aquino, disse que “essa é uma das premissas também da ONU Mulheres em cujos objetivos também fazem parte do nosso projeto que só tem crescido em Cuiabá e no interior”.



oab de Jaciara atrai 400 pessoas em palestras

A Subseção da OAB de Jaciara promoveu duas palestras voltadas para a advocacia e para a sociedade. A primeira delas tratou do tema “Projeto de lei de iniciativa popular sobre a reforma política democrática e eleições limpas”, no Centro de Eventos Jovelina Maria de Almeida, com o juiz de direito Marlon Reis, autor da “Lei da Ficha Limpa”. O evento reuniu cerca de 400 pessoas.

De acordo com o presidente da subseção, Claudinez da Silva Junior, o objetivo foi “conscientizar as pessoas para se preocuparem e entendam como funciona a atual política e a campanha eleitoral.



O segundo passo da palestra foi dar conhecimento sobre o que se pretende alterar na política com a coleta de assinaturas desse projeto de lei popular que também tem o apoio da OAB”.

A segunda palestra sobre “Empoderamento da mulher, feminicídio – Lei 13104/2015” com a vice-presidente da OABMT, Cláudia Aquino; o promotor de justiça Milton Matos da Silveira Neto; e

o juiz de direito da Comarca de Jaciara José Eduardo Mariano. Foi feita homenagem a cerca de 200 mulheres de Jaciara. Em seguida, houve a posse das Comissões Temáticas da subseção.

oab Tangará participa de entrega da nova sede do Fórum Trabalhista

O presidente da Subseção de Tangará da Serra, Josemar Carmerino dos Santos, participou da entrega da nova sede do Fórum Trabalhista daquele município, em solenidade que contou com a presença do presidente do TRTMT, desembargador Edson Bueno, magistrados, advogados e advogadas. Com 835m² de área construída, a obra oficialmente entregue pelo Tribunal abrigará duas

varas trabalhistas, garantindo conforto às equipes internas e a quem busca os serviços das unidades. A obra teve início em 2011 e somente foi concluída neste ano por problemas gerados pelo descumprimento contratual por parte da primeira empresa contratada para erguer o prédio.

Orçada em R\$ 2,2 milhões, a nova sede do Fórum de Tangará da Serra ocupa um terreno de 2.700m², doado pelo muni-

cípio. Cada uma das duas varas conta com dois gabinetes para juízes, sala de audiência, sala para assistentes e uma ampla secretaria. De forma comum há também o espaço destinado aos oficiais de justiça, refeitório e banheiro, nos fundos do prédio. Na entrada, além do saguão de recepção e espera, há ainda o local destinado à OABMT, Caixa Econômica Federal, Secretaria do Foro e Vara da Cidadania.